



Corredores de maratona, uma das modalidades dos jogos olímpicos: objetivo do programa é levar o Brasil para o seito grupo das dez maiores potências esportivas até 2016

Bolsa-Alela ainda está longe de alcançar finalidade

páginas 8 e 9

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV — Nº 2.950/203 — Brasília, 22 a 28 de dezembro de 2008

EDIÇÃO SEMANAL 

vereadores

Mandado de segurança pode garantir PEC

página 4

regimento

Proposta com mudanças sai em fevereiro

página 5

cidadania

Os cuidados no momento da matrícula escolar

No momento de fazer ou renovar a matrícula escolar, é preciso atenção dobrada. O reajuste da mensalidade só pode ocorrer mediante comprovação do aumento dos custos da escola. E o Procon-DF lembra que o aluno inadimplente não pode ser vítima de sanção pedagógica.

página 16

Senado entra em recesso após maratona de votações

O Senado cumpriu na última semana uma maratona de votações: entre outras matérias, aprovou o Fundo Soberano, a MP dos Bancos, o socorro às vítimas das chuvas em Santa Catarina, a

PEC dos Vereadores e o Orçamento da União para 2009, ajustado para o enfrentamento da crise financeira internacional. Nesta terça-feira, entra em recesso. Os trabalhos serão retomados em 2 de fevereiro.

páginas 2 e 3



Magno Malta (D) e Alexandre Hohagen, do Google, assinam acordo para combater a pedofilia: resultado positivo da CPI

balanço

MPs impediram número maior de votações

Mais uma vez as medidas provisórias comprometeram as votações no Senado. Das 113 sessões deliberativas do ano – no período de 7 de fevereiro a 17 de dezembro –, foi possível votar em apenas 35. Nas demais, a pauta estava trancada por MPs.

páginas 6 e 7

e mais...

projetos aprovados	6 e 7
ambiente legal	10
agora é lei	12
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



decisões



Tasso Jereissati questiona intenções do governo com a criação do novo fundo, defendida pelo relator Aloizio Mercadante (D)

Fundo Soberano é lei, mas ainda não tem verba

Sob críticas da oposição, maioria acolheu criação de fundo para fomentar projetos de interesse estratégico. Falta agora aprovar crédito extraordinário

A oposição tentou, mas não conseguiu impedir a aprovação do projeto de lei que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Apresentado pelo Executivo, o projeto (PLC 164/08) vai à sanção. Vinculado ao Ministério da Fazenda, o FSB promoverá investimentos em ativos no país e no exterior para formar poupança pública e fomentar projetos de interesse estratégico do governo.

Não houve acordo, porém, para a aprovação de crédito extraordinário que destinaria quase R\$ 14 bilhões ao novo fundo. O projeto (PLN 54/08) foi retirado

de pauta pela líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), a pedido do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

O FSB poderia atingir o equivalente a 0,5% do produto interno bruto (PIB). Um crescimento de 5% em 2008 elevará o PIB a R\$ 2,685 trilhões, dos quais R\$ 13,425 bilhões caberiam ao FSB.

Ainda assim, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), relator do PLC 164, o fundo é "indispensável para as nações acumularem reservas cambiais".

– É um instrumento de defesa

da produção e do emprego em épocas de crise. A capacidade de investimento tem de ser preservada – disse, rechaçando a ideia de que o governo deseja o fundo para gastar antes das eleições de 2010.

Arthur Virgílio, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), José Agripino (DEM-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) manifestaram-se contra o fundo, para eles desnecessário por reduzir o poder do Congresso no Orçamento e aumentar o poder discricionário do Executivo.

Podere ampliado para BB e Caixa dependem da Câmara

O Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal, autorizados por medida provisória (MP 443/08) a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, dependem agora dos deputados para obter a aprovação do Congresso à medida. Conforme

acordo entre os líderes partidários, que favoreceu a aprovação das emendas apresentadas pela oposição, a autorização para as aquisições é válida até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogada por até 12 meses, por decreto do presidente da República. A MP está entre os mecanismos adotados

pelo Executivo para combater os efeitos da crise internacional.

Pelo projeto de lei de conversão (PLV 30/08) acolhido, para as aquisições, BB e Caixa terão de contratar empresas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à avaliação.

SC fica com metade do socorro às vítimas da chuva

A medida provisória que destina R\$ 1,6 bilhão para o socorro às vítimas e a reparação de prejuízos provocados pelas chuvas recentes no país (MP 449/08) foi aprovada pelo Plenário no mesmo dia em que chegou à Casa.

Os senadores também concordaram com mudança feita pelos deputados que transformou a MP em projeto de lei de conversão (PLV 32/08) e destinou metade do valor especificamente a Santa Catarina. A outra metade poderá ser usada pelo restante do país.

As vítimas de Santa Catarina também poderão ser beneficiadas por projeto (PLS 461/08) de Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A pro-

posta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar um concurso da Mega-Sena com o objetivo de destinar 47,37% dos recursos ao governo catarinense.

O projeto terá que ser analisado e aprovado pela Câmara dos Deputados para que a Caixa possa proceder à realização do novo concurso.

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou na terça-feira a suspensão temporária dos pagamentos das dívidas de Santa Catarina – e dos municípios desse estado atingidos pelas recentes cheias – para com a União. O projeto de resolução (PRS 64/08), apresentado também por Raimundo Colombo, será submetido ao Plenário.

EMPRÉSTIMOS MAIS FÁCEIS

A análise de adimplência para estados e municípios realizarem empréstimos foi restringida à administração direta – excluindo da avaliação a administração indireta – por projeto de resolução (PRS 66/08) aprovado pela CAE. A proposta, em entendimento com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), é de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e vai agora ao Plenário.

ELETOBRÁS

A CAE autorizou a realização de duas operações de crédito externo com garantia do governo federal. A Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foi autorizada a obter empréstimo de 13,2 milhões de euros para financiar o Projeto Complexo São Bernardo. E a prefeitura de Belém poderá fazer operação no valor de US\$ 68,7 milhões, para financiar programa de saneamento.

Meirelles diz que país crescerá acima da média mundial

O Brasil está sendo afetado pela crise financeira mundial devido à falta de crédito externo, admitiu na quinta-feira o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mencionou, no entanto, que o governo vem adotando medidas "rápidas e enérgicas" para que os *spreads* bancários (diferença entre o custo de captação de dinheiro por um banco e a taxa de juros por ele cobrada dos tomadores de empréstimos), elevados pela crise de liquidez, bem como a oferta de crédito retornem ao patamar normal, e empresas e consumidores não sejam fortemente afetados.

Apesar da crise, Meirelles garantiu que o país vai crescer "acima da média mundial" em 2009, mas não falou em percentuais.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante, criticou a manuten-

ção da taxa de juros em 13,75%, já que, a seu ver, havia espaço para que a Selic fosse reduzida em 0,25%.

Meirelles justificou que o BC vem agindo de forma preventiva, para que o crescimento seja sustentável, mas reconheceu que a taxa básica de juros no Brasil "é uma das mais altas do mundo".

Os senadores pediram a redução dos *spreads* bancários e da taxa de juros, alegando que eles inibem os investimentos e enfraquecem o país no combate à crise global.

O presidente do Banco Central reafirmou que a crise é séria e profunda, tanto que as bolsas de valores de todo o mundo já perderam US\$ 31 trilhões. Mas o Brasil, observou, entrou na crise crescendo economicamente e com dinheiro em caixa em dólar – cerca de US\$ 200 bilhões –, o que facilitou o combate aos efeitos da turbulência.

ACM Júnior: debate dissipou dúvidas sobre autonomia do BC

O relator dos projetos que tratam da autonomia do Banco Central, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), declarou ter esclarecido suas dúvidas sobre a manutenção, na alçada do BC, das funções de regulação, normatização e fiscalização do sistema financeiro. A afirmação foi feita em debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre os projetos (PLSs 72 e 102/07) de Arthur Virgílio (PSDB-AM). Foram convidados o presidente do BC, Henrique Meirelles; os ex-presidentes da instituição Armínio Fraga e Gustavo Loyola; e o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

O senador considera que o BC já tem autonomia, mas por concessão dos presidentes da República,

podendo perdê-la caso haja uma forte pressão para isso.

Meirelles apresentou aos senadores uma lista de 30 bancos centrais, dos quais 25 são autônomos por determinação constitucional ou legal. Para Mailson da Nóbrega, a democracia fortalecida, instituições econômicas fortes e a aversão da sociedade à inflação alta sustentam uma autonomia operacional do BC.

Armínio Fraga elogiou o parecer do relator por preservar a natureza microeconômica da fiscalização e a natureza macroeconômica da supervisão do sistema financeiro nas mãos da instituição.

Já Loyola defendeu alterações, para deixar mais claro que as reservas internacionais do Brasil são administradas pelo BC.

Imposto único de Dornelles é aprovado

A Subcomissão Temporária de Reforma Tributária encerrou seus trabalhos na quarta-feira com a aprovação do relatório apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que propõe a criação do Imposto sobre o Valor Adicionado Nacional (IVA-Nacional). O presidente da subcomissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que o documento será agora entregue à CAE. Para Dornelles, o IVA-Nacional é mais amplo do que o IVA-Federal, defendido pelo governo. Além de Cofins, PIS, Cide e da contribuição do salário-educação, unificados na proposta do IVA-Federal, o IVA-Nacional englobaria também o ICMS e o IPI.

Subcomissão vai tratar de combate ao desemprego

O debate e as propostas sobre medidas de combate à recessão e ao desemprego contarão, em 2009, com uma subcomissão permanente. Criada pela CAE, a subcomissão foi proposta pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) e aprovada na quinta-feira. Caberá ao próximo presidente da CAE, a ser eleito em fevereiro de 2009, definir os planos de trabalho do novo órgão.

O atual presidente, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um balanço dos trabalhos da comissão no ano, informando que a CAE realizou 78 reuniões, 24 delas audiências públicas, tendo examinado 372 matérias e aprovado 331.

orçamento

No prazo e ajustado para enfrentar a crise

Pela primeira vez desde 1997, o presidente da República vai poder sancionar o Orçamento da União antes de iniciar o exercício, segundo a líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA). Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) conseguiram fazer tramitar o projeto do Executivo em menos de dois meses, cumprindo rigorosamente um calendário espremido pelas eleições municipais.

Na semana passada, acolheram o texto-base do relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) na terça-feira e votaram o parecer sobre os 249 destaques na quarta-feira. No dia seguinte, foi a vez do Congresso. Sem muitas reclamações, poucas ameaças de obstrução e voto contrário do DEM, o Orçamento de 2009, com valor global de R\$ 1,6 trilhão, foi aprovado em menos de quatro horas de sessão.

A novidade não foi só o rito sumaríssimo adotado pelo presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), aplaudido em Plenário pelos colegas, que

garantiu a aprovação do Orçamento em tempo recorde. Também, pela primeira vez, os parlamentares trabalharam com previsões de crescimento da economia e da arrecadação federal mais conservadoras do que o Executivo.

O resultado foi um Orçamento ajustado à crise internacional, resumiu Delcídio, que se emocionou no Plenário, não escondendo a exaustão de várias noites e madrugadas de trabalho com consultores das duas Casas. Como a fase de emendar a proposta orçamentária ocorreu com cenário macroeconômico otimista de 4,5% de expansão do produto interno bruto (PIB), o relator-geral teve de promover ajuste de cerca de R\$ 12 bilhões sobre as dotações originais do Executivo para acomodar os pleitos dos congressistas, depois que a estimativa do PIB baixou para 3,5% e projetou-se perda de receita.

Em outra atitude inédita, o relator-geral cortou R\$ 8,1 bilhões nas verbas de custeio da máquina federal, de acordo com cálculos preliminares, antes da votação

no Congresso. Também podou R\$ 1,2 bilhão em obras com baixa execução em 2008, R\$ 400 milhões em gastos de pessoal (adiando contratações em 2009) e R\$ 2,3 bilhões em decorrência da queda prevista na taxa básica de juros (Selic) de 13,99% para 13,57%, encaminhada pelo governo no final de novembro, na revisão dos parâmetros macroeconômicos.

Surpreendido pelo tamanho dos cortes no custeio e pela rapidez com que foi aprovado o texto-base de Delcídio na CMO, o governo impediu a votação do parecer sobre os destaques na noite de terça-feira. As pressões dos ministérios, especialmente o da Educação e da Ciência e Tecnologia, que reclamaram perdas superiores a R\$ 1 bilhão cada um, e a impossibilidade de reduzir o corte já aprovado na CMO acabaram promovendo outra decisão inédita.

O governo foi obrigado a encontrar receita de última hora para abafar as queixas dos ministérios, agindo de modo semelhante ao que critica no Legislativo. Por meio de um ofício aos parlamentares, o ministro

Os números para 2009

(em R\$ bilhões)

Despesas	Projeto	Aprovado
Juros e encargos da dívida	127,0	126,3
Pessoal e encargos sociais	169,2	168,8
Outras despesas correntes*	548,7	539,1
Investimentos	37,9	47,3
Inversões financeiras**	42,9	41,9
Amortização da dívida***	631,7	631,7
Reserva de contingência	27,4	23,7
Total (Fiscal e Seguridade Social)	1.585,0	1.578,9
Investimentos das estatais	79,7	79,3
Total geral (Fiscal/Seguridade + estatais)	1.664,7	1.658,2

*Gastos com custeio da máquina federal, transferências a estados e municípios, benefícios previdenciários e assistenciais, bolsa-família, entre outros.

** Participação acionária da União em estatais, aquisição de imóveis, financiamentos com retorno, como o destinado a agricultura familiar (Pronaf), Brasil Universitário, entre outros.

*** Inclui R\$ 522,6 milhões de refinanciamento da dívida pública.

Obs.: Números arredondados.

Fonte: Consultoria de Orçamento

do Planejamento, Paulo Bernardo, avisou que o Orçamento poderia contar com R\$ 2,5 bilhões da venda de prédios e outros ativos da Rede Ferroviária Federal, que se encontra em processo de extinção.



Lado a lado no centro do Plenário, Delcídio Amaral e o deputado Mendes Ribeiro Filho aplaudem a aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional, que promoveu cortes nos gastos da máquina pública

Emenda parlamentar não poderá ser cortada

Um acerto no Plenário para driblar a ameaça de pedido de verificação de quórum, por deputados do DEM, acabou por impedir que o governo maneje dotações provenientes de emendas parlamentares individuais. A lei orçamentária, segundo consultores, permite ao Executivo alterar um determinado percentual das dotações sem ter que pedir autorização prévia do Congresso. Em 2009, esse percentual seria de 10%, que continua valendo para retirar recursos das emendas coletivas.

Levantamento preliminar da consultoria de orçamento do Senado indica que as emendas parlamentares responderam por R\$ 17,7 bilhões das verbas orçadas, dos quais R\$ 5,9 bilhões provenientes das emendas individuais. A intervenção do Legislativo elevou principalmente os investimentos do orçamento fiscal e da seguridade, que subiu R\$ 9,4 bilhões – de R\$ 37,9 bilhões para R\$ 47,3 bilhões.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) dis-

se que o Congresso mostrou à sociedade que é capaz de cortar gastos de custeio e elevar investimentos, ajudando o governo a enfrentar a crise internacional. Na conversa que manteve com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o senador avisou que deixar a aprovação para o próximo ano implicaria aumentar o tamanho do corte para até R\$ 20 bilhões. Apesar do ajuste feito no Congresso, o ministro já sinalizou à imprensa que irá contingenciar o Orçamento de 2009.

Os congressistas aprovaram errata que devolve à Previdência R\$ 1,5 bilhão, referente a gastos obrigatórios que entraram por equívoco nos cortes. Outra providência foi reduzir o superávit fiscal do governo central de 2,2% do PIB para 2,15%, ampliando sua margem para eventuais gastos. No entanto, esse decréscimo será compensado por um aumento do superávit nas contas das estatais de 0,65% do PIB para 0,7%.

Ação conjunta agiliza regularização de obras

O Congresso também aprovou o anexo ao relatório geral do Orçamento com cerca de dez obras excluídas da listagem elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que impede a liberação de recursos federais a 60 empreendimentos que apresentam indícios de irregularidades graves. Esse anexo é formado pelos dois relatórios do comitê permanente da Comissão Mista de Orçamento, que avalia informações do TCU.

Esse ano, a atuação mais próxima entre parlamentares e técnicos do tribunal, com reuniões com os órgãos gestores responsáveis pelas obras, permitiu solucionar pendências importantes. O caso emblemático foi o da construção do terminal 3 de passageiros do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, estimado em R\$ 936 milhões.

A Infraero, segundo técnicos do comitê, havia lançado o edital sem ter estruturado o projeto básico. Após a

intervenção do comitê, presidido pelo deputado Wellington Fagundes (PR-MT), a Infraero cancelou o edital e vai licitar primeiro os projetos básico e executivo da obra, calculados em R\$ 26 milhões. “Contratar sem projeto seria um disparate, porque não há definição do conteúdo da obra. Seria um tiro no escuro”, diz um dos integrantes do comitê.

Outro exemplo é a ampliação do canal de acesso ao porto de Rio Grande (RS), paralisada por problemas de licenciamento ambiental e deficiência técnica no projeto, como não definir o local exato para descarga do material dragado. A obra está avaliada em R\$ 205 milhões e vai voltar a receber recursos federais em 2009. Mas a lista de liberações inclui casos como o do governo do Rio Grande do Norte, que desistiu de construir em Natal um hospital de 250 leitos. “A obra foi considerada inaproveitável”, avalia o mesmo integrante do comitê.

decisões



MOREIRA MARIZ

Emenda ratifica municípios questionados na Justiça

Senado confirma o *status* de dezenas de municípios antes ameaçados de voltar à condição de distritos

O Senado aprovou e o Congresso Nacional promulgou na quinta-feira passada a emenda constitucional que confirma o *status* político de municípios com seu processo de criação questionado por ações em tribunais de todo o país. O número de cidades beneficiadas, de difícil levantamento, não é conhecido. Porém, supera os 57 municípios divulgados pela

Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Isso porque, além dos processos que questionam diretamente a criação dos municípios, em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), há outros em que o Ministério Público pede a responsabilização dos estados e da União por permitir e reconhecer emancipações feitas com vários tipos de irregularidades. Esse é o caso de Lagoa dos Três Cantos (RS), criada em 1992, para ficar em apenas um exemplo.

As 57 cidades que constam da lista da CNM não haviam concluído o processo de criação quando o Congresso promulgou a Emenda Constitucional (EC) 15, de 1996, ampliando as exigências para o estabelecimento

de um novo município. Por isso, mesmo com prefeitos e vereadores eleitos, esses e outros novos municípios corriam o risco de voltar à condição de distritos.

Porém, o Congresso até hoje não aprovou uma lei para regulamentar aquele dispositivo. Em maio de 2007, o STF estabeleceu prazo de 18 meses para uma decisão. Em outubro, o Senado aprovou projeto (PLS 98/02) que regulamenta a EC 15/96. A Câmara ainda não votou a proposta.

A nova emenda constitucional (EC 57/08) ratifica a criação dos municípios, independentemente da regra em vigor no momento da emancipação, acrescentando um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O líder do governo, Jucá (E), em disputa com Arthur Virgílio (atrás, ao microfone) e com Mão Santa (C), na votação que se estendeu pela madrugada

Sistema Nacional de Viação é aprovado e volta à Câmara

Projeto que estabelece as regras para o novo Sistema Nacional de Viação foi aprovado na semana passada pelo Senado. O texto (PLC 18/00), alterado pelo relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG), tem o objetivo de melhorar e ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e aeroportos do país, orientando o governo federal na execução de obras de infra-estrutura no setor de transportes, tanto rodoviário quanto ferroviário e hidroviário.

A proposta, que tramita no Congresso desde 1995, agora volta à Câmara. Ela contém a descrição geográfica das vias de transportes brasileiras – inclusive as que ainda serão construídas – e indica as bases administrativas

do sistema. Eliseu Resende, um especialista em infra-estrutura, negociou desde 1995, inclusive quando deputado, a elaboração de um novo mapa viário detalhado. Assim, estabeleceu-se que a malha básica, de rodovias federais, abrangerá 120.491 quilômetros, sendo 45.597,4 ainda a serem construídos. Do total já aberto, 61.017,3 quilômetros são pavimentados e 13.876,3 quilômetros não têm asfalto. De acordo com

o novo plano, o governo será responsável direto por 54.322 quilômetros, 45% do Sistema Rodoviário Federal, abrigados sob a denominação de Rede de Integração Nacional (Rinter). A integração interestadual e continental do país terá papel crucial.

Plano prevê mais 45,5 mil quilômetros de rodovias federais

TRANSPORTE PÚBLICO

O transporte coletivo deve ter prioridade em investimentos públicos para o setor nas grandes cidades brasileiras. Para evitar os prejuízos provocados pela poluição e pelos engarrafamentos, esse sistema deve substituir o transporte individual, disse Márcio Fortes, ministro das Cidades, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). – Temos que acabar com o excesso de carros nos centros das cidades – declarou, na última terça-feira.

CRÉDITO AO PARÁ

O Plenário do Senado aprovou, na última quinta-feira, a contratação de operação de crédito externo de até US\$ 85 milhões entre o governo do Pará e a Corporação Andina de Fomento, para o financiamento adicional do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do estado. A operação de crédito terá garantia do Tesouro Nacional. O relator do projeto de resolução, no âmbito da CAE, foi o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

PEC dos Vereadores põe Senado e Câmara em rota de colisão

Por ordem do presidente Garibaldi Alves Filho, o Senado entrou na semana passada com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a promulgação, pela Câmara dos Deputados, de proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que aumenta o número de vereadores do país. Garibaldi considerou a decisão da Mesa da Câmara de não promulgar a emenda um “ato de hostilidade”. Ele tomou a atitude de tentar reverter tal resolução ante os protestos de vários senadores, como Expedito Júnior (PR-RR), Valter Pereira (PMDB-MS), Mão Santa (PMDB-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e César Borges (PR-BA), relator da PEC no Senado.

– O Senado agiu de alma limpa ao votar a matéria – disse na sexta-feira Pedro Simon (PMDB-RS), que criticou o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, por dar a entender que o Senado cometeu algum ato escandaloso.

Na madrugada da quinta-feira, a proposta havia sido aprovada após longa discussão, e com um acordo de líderes que permitiu a quebra dos prazos de interstício estabelecidos pela Constituição – mudanças constitucionais precisam ser discutidas em cinco sessões em primeiro turno e mais três em segun-

DEFENSORIA DO DF

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 7/08) que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar sua Defensoria Pública, tal como ocorre em todos os estados, foi aprovada em primeiro turno na madrugada da quinta-feira passada. A PEC foi proposta por Gim Argello (PTB-DF).

REPRESENTANTE DO SUPREMO

Foi aprovada a PEC 22/06, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que determina que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) será o representante dessa corte no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As sessões de discussão e os dois turnos de votação transcorreram na mesma noite, com quebra de interstícios.

VIDEOCONFERÊNCIA

A redação final do projeto (PLS 139/06), de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que permite a realização de interrogatório judicial por meio de videoconferência foi aprovada pelo Plenário na madrugada da quinta-feira passada. Já examinada pela Câmara, a proposta segue à sanção presidencial.



GERALDO MAGELA

César Borges, relator da PEC dos Vereadores, garantiu aos colegas que não haveria aumento de gastos das câmaras

regimento

CPIs podem, enfim, ganhar regras claras

A Constituição estabelece que as comissões parlamentares de inquérito têm “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das Casas”. O Regimento do Senado faz uma descrição muito sucinta sobre os poderes e as formas de atuar dessas comissões. O estudo da Secretaria Geral da Mesa sugere a reformulação das CPIs, com regras mais detalhadas. “[Isso] servirá para pacificar discussões sobre o que tais comissões podem ou não fazer”, afirma o documento. O texto prevê atribuições para as CPIs, o presidente, o relator e demais membros. Também dedica atenção aos procedimentos que causaram maiores polêmicas: tomada de depoimentos e qualificação dos convocados como “testemunha”, “investigado” ou “perito”. A secretária-geral da Mesa Claudia Lyra destaca ainda o tratamento dado aos documentos sigilosos recebidos pelo Senado, como quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico. E propõe a criação de uma comissão para analisar e classificar os documentos, idéia apoiada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador Gerson Camata (PMDB-ES) vê as CPIs como verdadeiros “shows de televisão”, sem produzirem “resultados concretos”.

Texto será ajustado à nova tecnologia

O trabalho da comissão de servidores comandada por Claudia Lyra incluiu a adaptação e a atualização de dispositivos do texto original do Regimento Interno que foram se tornando obsoletos. Ajustar o texto às novas tecnologias é um dos objetivos do estudo. Recomenda-se, por exemplo, acabar com a exigência de que, ao tomar posse, o senador deve inscrever “em livro próprio, de próprio punho”, os seus dados pessoais. Também se propõe suprimir um parágrafo em que o nome parlamentar adotado pelo senador é limitado a “não mais que duas palavras, não computadas nesse número as preposições”. Permanece no texto atual a obrigatoriedade de distribuição de “cópias autenticadas” dos relatórios em processos disciplinares.



Primeira sessão solene do ano homenageou os 200 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Outras 58 se sucederam até o fim do ano legislativo

Reforma no Regimento pretende tornar Senado mais eficiente

Comissão deve apresentar em fevereiro proposta de alteração do Regimento Interno da Casa, em vigor desde 1970. Um dos objetivos é resguardar tempo para votações, limitando discursos não previstos

Criada em março e instalada em 6 de novembro, uma comissão temporária de senadores pretende apresentar, em fevereiro, uma proposta de reforma do Regimento Interno do Senado, de 1970. O presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), terá como base, além de propostas dos senadores, um estudo elaborado por servidores da Casa, sob a coordenação da Secretaria Geral da Mesa.

As preocupações, além de definir regras para as comissões parlamentares de inquérito, se concentram em dar mais agilidade ao processo legislativo, como a redução do número de discursos e sessões solenes e o aumento do

poder das comissões para decidir sobre projetos, sem a necessidade de discussão no Plenário.

– Ainda não descemos a detalhes, como, por exemplo, que novos critérios identificarão os projetos passíveis de decisões terminativas ou como ficará o recurso para que a matéria seja votada no Plenário – explicou Maciel.

O direito dos senadores de usarem a palavra em Plenário será preservado, mas pretende-se implementar maior equilíbrio nos debates. Hoje, os líderes partidários têm mais tempo para se manifestar.

– Vários senadores reclamavam da interferência [dos líderes] na lista de oradores – revela a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) critica o tempo usado em discursos em vez de votações. Para ele, seria importante iniciar as sessões das quartas-feiras já com as votações.

Papaléo Paes (PSDB-AP), vice-presidente da comissão, critica “erros grosseiros” que ocorrem em Plenário, como o fato de um senador apartear mais de dez discursos na sessão, o “abuso” da figura do

“pela ordem” – criada para permitir a indagação sobre andamento dos trabalhos – e o desrespeito ao horário para início da ordem do dia (por volta das 16h).

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) acredita que, agora, medidas concretas poderão ser tomadas.

– Estou aqui há 16 anos e é a primeira vez que se faz uma reforma do Regimento de grande monta, envolvendo dispositivos que não tinham mais sentido.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou preocupação quanto ao cumprimento do tempo de cada orador e às deliberações das lideranças partidárias, que, muitas vezes, não são bem comunicadas aos colegas.

Ampliação de decisões terminativas está entre medidas

Número de comissões e de subcomissões pode ser reduzido

Alguns temas dividiram a comissão de servidores e, por isso, não foram levados aos senadores. É o caso das emendas aglutinativas, que para muitos desemperrariam a tramitação de projetos. O recurso existe na Câmara. Ele é apresentado no processo de votação e unifica duas emendas, ou o texto do projeto com uma emenda.

Outras questões têm caráter político como as competências das comissões. Hoje, há 11 comissões permanentes e cada uma pode ter até quatro subcomissões permanentes (existem 30 delas).

Valadares e Marco Maciel acham que é preciso reduzir as subcomissões a duas. Para Maciel, há sobreposição de horários e de atribuições também nas comissões.

Excesso de homenagens em Plenário é criticado

Neste ano, o Senado promoveu em Plenário 46 sessões especiais de homenagem a personalidades ou instituições. O número é considerado excessivo por senadores, como Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Não temos tido ordem do dia mais; estamos realizando “ordem da noite” – disse.

A principal crítica de Alvaro se concentra na longa duração das homenagens. Além de “não terem hora para terminar”, muitas começam com atrasos e não deixam tempo para as votações.

– Não é o tamanho da sessão que define a importância e, sim, o fato de ela existir – argumentou o senador, que não é contra homenagens, mas sim contra a falta de horário para começo e término.

Sem isso, afirma Alvaro Dias, as sessões especiais obstruem o trabalho do Plenário assim como as medidas provisórias. Por isso, ele defende a revisão de regras pela Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, dando “mais pragmatismo, objetividade, produção e produtividade”.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também criticou o excesso do tempo dedicado às homenagens. Para

ele, os horários devem ser cumpridos.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, ressaltou que existe “discussão e preocupação a respeito da realização dessas sessões”, que deverão ser mais restritas.

Marco Maciel declarou que algumas homenagens têm “importância discutível” e são “muito frequentes”. Valadares sugere maior rigor para os “requisitos de louvor”.

Muitas celebrações

Entre 6 de fevereiro e 18 de dezembro de 2008 foram realizadas 13 sessões solenes do Congresso Nacional, 33 sessões especiais do Senado, além de 13 homenagens. Faltam ser agendadas ainda 11 sessões especiais e três homenagens somente no Senado.

As mais recentes foram no dia 10 (à PUC de Minas Gerais) e no dia 11 (à Rede Sarah Kubitschek). No dia 16, à Eletrosul Centrais Elétricas, e no dia 18, pelos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

balanço

De novo, produtividade engessada pelas MPs

Das 120 sessões de votação que o Senado realizou neste ano, apenas 35 não estavam com a pauta travada por causa das medidas provisórias

O Senado realizou 120 sessões deliberativas entre 7 de fevereiro e 17 de dezembro de 2008. Em apenas 35 delas foi possível realizar votações, muitas com impactos significativos na sociedade, destacadas nestas duas páginas.

No restante das sessões, a pauta esteve travada aguardando a análise de Medidas Provisórias (MPs) – que passam a ter prioridade quando se esgota o prazo de 45 para sua análise.

“Nunca se falou tanto e tão mal de medidas provisórias como agora.” A frase do presidente Garibaldi Alves resume o ano em que Legislativo e Judiciário tomaram medidas concretas para conter o abuso na edição de MPs pelo Executivo.

Foi assim no episódio em que Garibaldi devolveu ao Planalto, em novembro, a chamada MP das Filantropias. “O Congresso foi que ganhou, porque resistiu a uma Medida Provisória e provou que tem

independência”, disse o presidente do Senado na ocasião.

Em maio, o Supremo Tribunal Federal já havia declarado a inconstitucionalidade de uma MP que abria crédito extraordinário

ao Orçamento. Para o Supremo, gastos assim devem ser previstos com antecedência e, por isso, uma MP com esse teor não trata de tema urgente e relevante, como manda a Constituição.

Produção legislativa

Propostas aprovadas pelo Plenário do Senado entre fevereiro e dezembro* de 2008

Projetos de lei do Senado (PLSs)	Enviados à sanção do presidente da República	11
	Enviados à Câmara	144
Projetos de lei da Câmara (PLCs)	Enviados à sanção do presidente da República	63
	Devolvidos à Câmara	20
Medidas provisórias (MPs)	Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	15
	Enviados à sanção	20
	Devolvidos à Câmara	8
Projetos de lei de conversão (PLVs oriundos de MPs)	Enviados à sanção	20
	Devolvidos à Câmara	8
Projetos de decreto legislativo (PDSs)	Enviados à promulgação	341
	Enviados à Câmara	5
Propostas de emenda à Constituição (PECs)	Promulgadas	1
	Enviadas à Câmara	4

*Até 18 de dezembro

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Professores conquistam piso salarial nacional

O Senado aprovou em 2 de julho o projeto que instituiu o piso salarial nacional para professores da educação básica pública. O texto nasceu de substitutivo da Câmara ao PLS 59/04 do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O presidente Lula sancionou dias depois a Lei 11.738 e o piso entra em vigor no dia 1º de janeiro.

Pelo texto, o piso dos professores passou a R\$ 950, para 40 horas semanais de trabalho, extensivo aos aposentados e pensionistas da categoria. O reajuste integral será concedido a partir de 2010. Até lá, os profissionais receberão, em 2009, um terço da diferença entre os R\$ 950 e o valor pago na



Cristovam Buarque, Ideli Salvatti e Marina Silva comemoram aprovação do projeto

época da sanção da lei. A nova lei também determina que pelo menos um terço das 40 horas semanais seja reservado a atividades extraclasse.

Os municípios ou estados que

não tiverem dinheiro para pagar o reajuste deverão receber uma complementação da União, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).



Agência da Previdência Social lotada por segurados: projetos de Paulo Paim, já votados pelo Senado, recuperam o valor dos benefícios

Vigílias em Plenário dão apoio aos segurados do INSS

A realização de três vigílias em Plenário foi a forma encontrada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para forçar o governo a negociar na Câmara a aprovação de projetos – já votados no Senado – em benefício dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). As

propostas de Paim já haviam sido acatadas pelo Senado.

Paim obteve apoio de colegas de diferentes partidos, que participaram dos protestos madrugada adentro, em novembro e dezembro. O presidente Garibaldi Alves também deu seu apoio, participando de uma das vigílias.

Licença de seis meses para as mães

O presidente Lula sancionou em setembro o projeto de lei do Senado que estimula as empresas a aumentarem o período de licença-maternidade de suas funcionárias de quatro para seis meses. A proposta (PLS 281/05) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) fora aprovada no Senado em 2007 e pode ser adotada pelo serviço público. Pela Lei 11.770, as empresas que autorizarem a prorrogação da licença-maternidade poderão deduzir do imposto devido o total da remuneração paga à funcionária durante os dias de afastamento do trabalho. O sistema de incentivos terá o nome de Programa Empresa-Cidadã e deve beneficiar também as mães adotivas.

Preço à vista diferente do valor a prazo

A fixação de preços diferenciados para pagamento à vista ou com cartão de crédito passa a ser permitida de acordo com projeto aprovado em decisão terminativa, em outubro, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O texto foi enviado à Câmara. O autor do PLS 213/07, Adelmir Santana (DEM-DF), argumentou que o consumidor que paga à vista acaba subsidiando os custos de quem paga com cartão. O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), explica que a proposição favorece ainda os pequenos comerciantes porque permite a diminuição de custos (na venda a dinheiro, não se paga comissão às operadoras de cartões).

balanço

Sem consenso, projeto sobre inelegibilidade fica para 2009

Proposta proíbe candidatura de quem tiver condenação em primeira instância e impede renúncia como saída para cassação de mandato

Ficou para o ano que vem a votação, em Plenário, da proposta que trata da inelegibilidade de candidatos que respondem a processos na Justiça. O fim da exigência de condenações sem mais nenhum recurso (bastando na primeira instância) para que o candidato se torne inelegível é a principal mudança contida no substitutivo que agrupa 21 projetos sobre o tema, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em julho.

Pelo texto, ficam inelegíveis por oito anos, a partir da perda do mandato, senadores, deputados e vereadores condenados por quebra de decoro parlamentar ou que violarem proibições constitucionais. Baseado no PLS 390/05, de Renan Calheiros (PMDB-AL),

o texto do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), estabelece que os tribunais darão “absoluta prioridade” na análise de recursos e, se o processo correr na Justiça Eleitoral, que a apelação vá diretamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se os prazos previstos não forem cumpridos.

Não poderá ser candidato quem renunciar ao mandato (executivo ou legislativo) após a apresentação de representação formal ou requerimento pedindo sua cassação. A inelegibilidade valerá por oito anos, a contar do término dos mandatos aos quais renunciarem.

Outra inovação é proibir que o candidato a cargo executivo concorra à reeleição no exercício do mandato.

Oito anos de cadeia para os pedófilos

Virou lei projeto (PLS 250/08) sugerido pela CPI Mista da Pedofilia – que ainda vai concluir seus trabalhos – e aprovado no Congresso. Agora, é crime (punível com até oito anos de prisão e multa) a simples posse de material pornográfico com crianças e adolescentes – e não apenas a distribuição desse tipo de material. Graças à CPI, milhares de páginas suspeitas na internet tiveram o sigilo quebrado.

“Lista negra” no combate às fraudes

A Câmara deve analisar em 2009 projeto aprovado pelo Senado determinando que os órgãos da administração pública poderão contar com um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e firmar contratos com o poder público, a chamada “lista negra”. O texto é um substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao PLS 500/07, de Garibaldi Alves (PMDB-RN).



Projetos de Pedro Simon (D) combatem lavagem de dinheiro e facilitam a tomada de bens obtidos pelos criminosos

Cercos ao crime organizado ganha novas armas

Dois projetos aprovados pelo Senado e enviados à Câmara em 2008 combatem a lavagem de dinheiro e facilitam o seqüestro de bens obtidos por criminosos. As duas propostas contra o crime organizado levam a assinatura de Pedro Simon (PMDB-RS).

O PLS 323/07 dá a juízes, promotores e policiais uma ferramenta jurídica mais eficaz para recuperar valores provenientes de crimes, inclusive de lavagem de dinheiro. O seqüestro de bens nesses casos poderá atingir o dinheiro empregado na sua

adquisição, mesmo que seja lícito. Isso porque os criminosos costumam misturar dinheiro sujo com dinheiro limpo. O texto foi aprovado em dezembro em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em maio, o Plenário aprovou proposta de Simon que visa endurecer a punição para lavagem de dinheiro. O texto reuniu três projetos em torno do PLS 209/09, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A inovação mais importante é a extinção da lista de crimes antecedentes, como

tráfico de drogas e terrorismo. Assim, de acordo com o texto, “bens provenientes de qualquer infração penal poderão caracterizar o crime de lavagem de dinheiro”.

Aprovado pela CCJ, o projeto do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que limita o uso de algemas pela polícia será analisado no Plenário. Algemas só poderiam ser usadas no caso de flagrante, com resistência do acusado, e no transporte de presos perigosos que praticarem faltas graves.

Pelo menos no Senado, reforma tributária anda

A reforma tributária foi muito discutida em 2008, mas ainda não saiu do papel. No Senado, a Subcomissão da Reforma Tributária aprovou proposta de Francisco Dornelles (PP-RJ) alternativa ao projeto de reforma tributária do governo (PEC 233/08) atualmente em análise pela Câmara.

A proposta de Dornelles é considerada mais benéfica para os estados, em comparação com o texto do governo. Isso porque ela determina que será responsabilidade dos estados cobrar e fiscalizar a arrecadação do chamado IVA-Nacional. Esse novo imposto substituiria oito tributos



Sacoleiros cruzam a fronteira Paraguai-Brasil: projeto que cria alíquota única total de 42,25% sobre essas importações retorna para nova análise da Câmara

federais e estaduais, como o IPI e o ICMS.

O Senado também aprovou em dezembro o que ficou conhecido como Projeto dos Sacoleiros, que

permite a importação mediante uma alíquota única total de 42,25%. Alterada no Senado, a proposta voltou à Câmara, onde já tinha sido aprovada.

projetos aprovados

15 a 19 de dezembro

➔ **Orçamento para 2009** – O texto prevê receitas de R\$ 1,658 trilhão. Aprovado pelo Congresso, vai à sanção.

➔ **PLS 461/08, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC)** – Autoriza a Caixa a realizar concurso da Mega-Sena para destinar 47,37% dos recursos ao governo de Santa Catarina. Aprovado pela CAE, vai à Câmara.

➔ **PLC 164/08, da Câmara** – Cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB). De iniciativa do Executivo, vai à sanção.

➔ **PLC 30/08, oriundo da MP 443/08** – Autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em bancos sediados no Brasil. Retorna à Câmara.

➔ **PLC 18/00, da Câmara** – Estabelece princípios e diretrizes para

o Sistema Nacional de Viação. Retorna à Câmara.

➔ **PRs 51, 59, 60, 61, 68, 69 e 71/08, do Senado** – Autorizam empréstimos para os municípios de Corumbá (MS), Goiânia (GO), Belém (PA), os estados de Sergipe e do Pará, BNDES e Eletrobrás. Aprovados pelo Plenário, vão à promulgação.

➔ **PLC 32/08, proveniente da**

MP 448/08 – Destina R\$ 1,6 bilhão para o socorro às vítimas e a reparação de prejuízos provocados pelas chuvas recentes no país. Vai à sanção.

➔ **PEC 20/08, da Câmara** – Cria 24 faixas para a composição das câmaras de vereadores de acordo com a população dos municípios. Volta à Câmara.

➔ **PLC 29/03, da Câmara** –

Institui a política pesqueira nacional. Aprovado pelo Plenário, volta à Câmara.

➔ **PLC 191/08, da Câmara** – Cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

➔ **PLCs 42 e 115/08, da Câmara** – Instituem, respectivamente, o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho, em 28 de janeiro, e o Estatuto dos

Museus. Aprovados pelo Plenário, vão à sanção.

➔ **PLC 24/07, da Câmara** – Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra. Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

➔ **PLC 28/03, da Câmara** – Estabelece em cinco anos o prazo de prescrição da ação de prestação de

contas de advogado. Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

➔ **PDLs 94 e 208/08** – Aprovam acordos para a criação do Visto Mercosul; e, com a Espanha, para reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação. Aprovados pelo Plenário, vão à promulgação.

➔ **PDSS 108, 120, 138 e 271/08, do Senado** – Aprovam,

respectivamente, texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário; tratado de extradição com o governo do Líbano; acordo com a Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados; e texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento. Aprovados pelo Plenário, vão à promulgação.

MP 444/08, do Executivo –

Autoriza o governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica. Vai à promulgação.

PEC 12-A/04, do Executivo – Confirma a criação de 57 municípios. Aprovada pelo Plenário, já foi promulgada.

PEC 22/06, do Executivo – Determina que o presidente do STF

será representante nato no Conselho Nacional de Justiça. Vai à Câmara.

PLS 139/06, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – Redação final do projeto que permite interrogatório judicial por videoconferência. Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

PEC 56/01 – Regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal. Aprovado em Plenário, vai à Câmara.

esportes

Bolsa-A atleta fora do alvo

Consultor do Senado aponta falta de critérios, falhas na legislação e dispersão de recursos do programa, criado em 2004 para apoiar atletas sem patrocínio e elevar desempenho esportivo do país

Quatro anos depois de ser criado, o Programa Bolsa-A atleta está longe de cumprir suas finalidades. A observação é do consultor legislativo do Senado Alexandre Guimarães, que analisa dados de concessão do benefício (que varia de R\$ 300 a R\$ 2.500) a atletas de alto rendimento, a partir dos 12 anos de idade.

Para um país que pretende melhorar seu desempenho esportivo, Guimarães considera necessário aperfeiçoar os critérios de distribuição da bolsa. Ele também vê na legislação falhas que impedem a continuidade da manutenção dos benefícios e que eles cheguem a quem necessita de apoio para trazer bons resultados para o esporte nacional.

— Parece até que a concessão das bolsas é aleatória. Deveria haver critérios específicos com base em uma política nacional para o esporte, especialmente quando se inicia um ciclo olímpico e o Brasil é candidato a sediar as Olimpíadas em 2016 — reclama o consultor.

O programa foi criado a partir de projeto (PLC 22/04) do ex-deputado e ex-ministro do Esporte Agnelo Queiroz, apresentado após o fracasso do Brasil nas Olimpíadas de Sidney, em 2000, em que o país não ganhou sequer uma medalha de ouro. A lei (10.891/04) foi re-

gulamentada em janeiro de 2005 e o programa, lançado em 25 de julho daquele ano.

Relator da proposta, o senador Osmar Dias (PDT-PR) entendia que a legislação era uma oportunidade para “alargar a base da pirâmide esportiva brasileira”.

— A lei é bem-intencionada. Foi um bom começo. Mas é preciso repensar o programa. Do jeito que está não vai funcionar nem para 2016 e pode virar um oba-oba — diz Guimarães, que trabalha junto ao Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado.

Aperfeiçoamento legal e concentração de esforços

Consultor da área de esportes, Alexandre Guimarães acredita que o programa deveria beneficiar atletas em início de carreira e ter continuidade. Mais que isso, observa, o apoio deveria chegar às categorias de base. Ele questiona ainda benefícios a modalidades coletivas, incluídas no programa pelos deputados.

— Em um país como o nosso, em que não há como abarcar todas as carências, é preciso concentrar esforços, como acontece na Etiópia, na Quênia e na Jamaica, sempre à frente dos brasileiros no quadro de medalhas. Essa é mais uma demonstração de que falta uma relação

entre o Bolsa-A atleta e uma política nacional para o esporte — afirma Guimarães.

As observações são confirmadas por outro dado: a fatia do Bolsa-A atleta reservada para esportes olímpicos vem caindo, chegando a apenas 68% dos benefícios distribuídos este ano (veja gráfico). E chega a contrariar a definição do programa, que é “investir prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com o objetivo de formar, manter e renovar gerações de atletas com potencial para representar o país nos jogos olímpicos e paraolímpicos”.

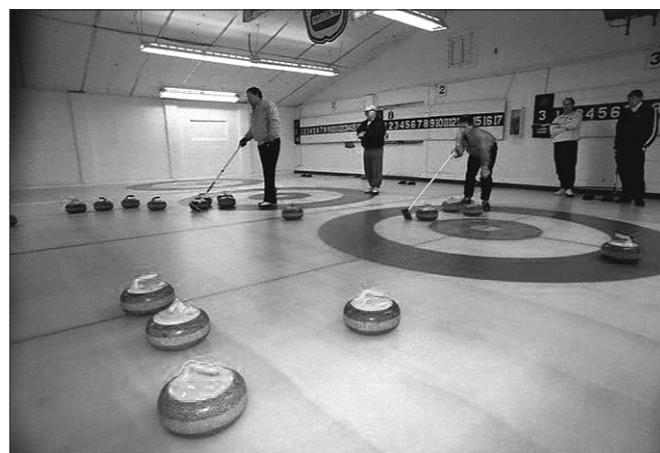
O programa também expõe outra deficiência na organização esportiva nacional: a grande dependência em relação às federações (veja na página ao lado). Entidades de direito privado, que podem ser criadas sem maiores restrições, detêm ao mesmo tempo o direito e a responsabilidade de organizar uma modalidade esportiva em sua área de atuação.

Com grande diferença na administração e — como denunciado em audiências públicas no Senado — sem a transparência necessária, os atletas ficam à mercê dessas entidades.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que vai apresentar uma grande Lei do Desporto Nacional para corrigir essa e outras deficiências do setor.



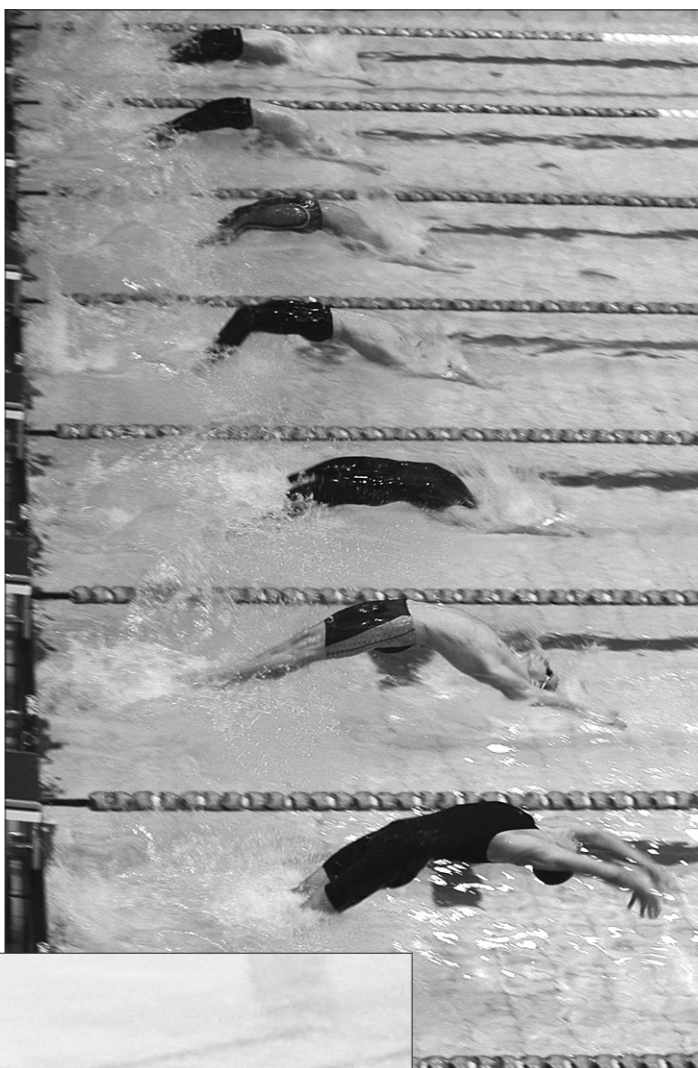
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BEISEBOL E SOFTBOL



LAWNE KENNEDY / ISC



MARCIO CECCHINI / ISC



ANDRÉ ZEDUR / ISC



WILLIAM MANNING / CORBIS

Com boa organização e um campeonato nacional, o beisebol (acima), mesmo fora do calendário olímpico, tem grande número de bolsistas. A natação e o atletismo são as modalidades que recebem maior número de bolsas. Mas o dinheiro também chegou a a praticantes do curling (foto menor, no alto), modalidade disputada sobre o gelo, assim como do hóquei (ao lado).

86% dos benefícios estão concentrados em nove estados

Outro problema do esporte nacional que poderia ser aliviado pelo Bolsa-A atleta é a concentração em algumas regiões. Porém, em vez disso, nove estados receberam 86,5% das bolsas em 2008. Se os recursos das 12 unidades da Federação mais contempladas forem somados, a concentração sobe para 92,5%. Estado mais populoso da região Norte, o

Pará só obteve as primeiras bolsas em 2007. Já o Amapá até hoje obteve apenas uma das mais de 7 mil bolsas distribuídas desde 2005.

— Infelizmente, o programa não está ajudando a encontrar as vocações onde elas estão — lastima Alexandre Guimarães. Herval Barros, do Ministério do Esporte,

lamenta que a distribuição espelhe o desequilíbrio regional, econômico e populacional do país.

— Estamos fazendo um esforço na implantação de centros de treinamento de excelência em diversos esportes em todas as regiões do país. Isso pode aumentar a demanda por bolsas nesses locais — declarou.

Para onde vai a ajuda

Desde 2005, quando foi criado, o Bolsa-A atleta já apoiou 4.578 esportistas. Em 2008, foram 1.980 contemplados. Veja abaixo como essas bolsas foram distribuídas.

Número de atletas beneficiados por modalidades olímpicas de verão*

Esporte	2008	Total**
Atletismo	418	1.059
Natação	251	615
Judô	195	445
Tênis de mesa	97	253
Handebol	108	236
Canoagem	76	143
Futebol	87	142
Beisebol	68	141
Vela	48	140
Esgima	45	118
Polo aquático	44	94
Boxe	57	86
Ciclismo	40	84
Tiro esportivo	39	84
Taekwondo	34	78
TOTAL DAS 15 MODALIDADES	1.507	3.718

Número de atletas beneficiados em modalidades menos tradicionais

Esporte	2008	Total**
Rúgbi	140	235
Punhol	75	143
Hóquei no gelo	35	92
Bolão	47	47
Kendô	8	22
Bobsled	3	8
Bodyboarding	6	7
Curling	0	3
TOTAL DAS 15 MODALIDADES	314	557

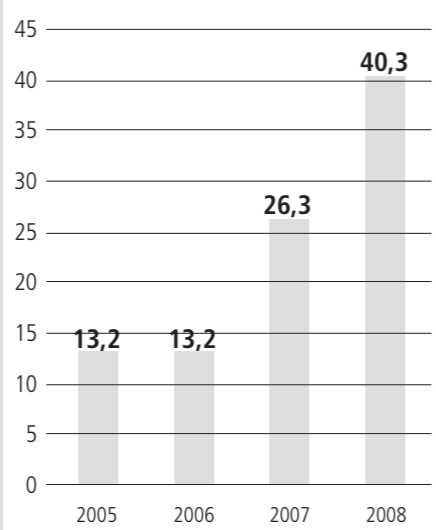
* Das listadas, atletismo, ciclismo, esgrima, natação, tênis de mesa, tiro esportivo e vela são tanto modalidades olímpicas quanto paraolímpicas.
* de 2005 a 2008.

Fonte: Estudo do consultor legislativo Alexandre Sidney Guimarães, com base em dados do Ministério do Esporte (ME) - http://portal.esporte.gov.br/nar/bolsa_atleta



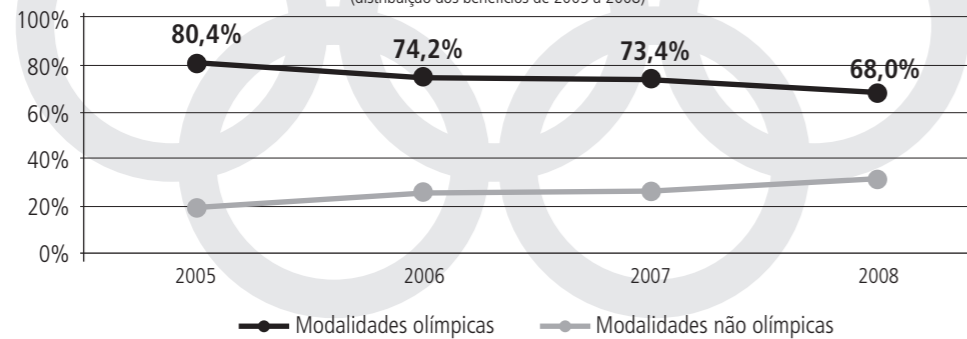
Evolução dos recursos do Bolsa-A atleta

(em R\$ bilhões)



Modalidades olímpicas perdem espaço no Bolsa-A atleta

(distribuição dos benefícios de 2005 a 2008)



EXEMPLOS DA DISTRIBUIÇÃO DO BOLSA-ATLETA

RÚGBI

A Confederação Brasileira de Rúgbi recebeu cinco bolsas em 2005, número que chegou a 140 em 2008. Mesmo bem organizado e com um campeonato nacional previsto para 2009, o rúgbi não é esporte olímpico e não tem tradição no Brasil, além de elitizado e concentrado nas regiões Sul e Sudeste. O esporte é o quinto maior beneficiário.

BOLÃO

O Bolsa-A atleta também chega a esportes com grande apoio de patrocinadores, como automobilismo e motociclismo. Outros esportes menos tradicionais e com regras que variam de um lugar para outro, como o Bolão (predecessor do bolche praticado por colônias alemãs no Brasil), receberam este ano número expressivo de bolsas (47).

PUNHOBOL

Além dos chamados “esportes associados” (que não integram o programa das olimpíadas), o Bolsa-A atleta também tem que privilegiar “esportes de criação nacional”. Nessa categoria estaria o punhol (modalidade praticada no Rio Grande do Sul), que saltou de 16 para 75 beneficiados em 2008.

BASQUETE

Esporte coletivo que já trouxe muitas conquistas internacionais para o Brasil, o basquete passa por uma séria crise. O time masculino não se classifica para uma olimpíada desde 1996 e o feminino expôs conflitos e mau desempenho em Pequim. Ainda assim, a modalidade não obteve bolsas em 2006 e é uma das que menos recebe o benefício.

BEISEBOL

Beisebol e softball, apesar de não serem mais considerados esportes olímpicos, vêm aperfeiçoando sua organização no Brasil, com um campeonato nacional e um ranking bem organizado. Isso facilita a definição de critérios para que federações apontem atletas que se destacam e que necessitam do apoio financeiro do Bolsa-A atleta.

ESPORTES DE INVERNO

Sem condições para treinamento no Brasil, os esportes olímpicos de inverno estão entre os agraciados pelo programa. A equipe de hóquei sobre gelo obteve 35 bolsas em 2008, enquanto o time nacional de bobsled (treno de corrida) tem três bolsistas. O curling (tipo de bocha no gelo) teve três bolsas, mas apenas por um ano, em 2007.

Meta não são apenas esportes olímpicos, diz gestor

O diretor de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte, Herval Barros, responsável pela gestão do Bolsa-A atleta, considera que a abordagem do consultor do Senado é equivocada, uma vez que o programa não tem por objetivo exclusivo apoiar atletas de modalidades olímpicas.

A meta do ministério, disse, é incluir o Brasil entre as dez maiores potências esportivas até 2016, quando haverá jogos olímpicos — que são reivindicados pelo Rio de Janeiro com apoio do governo federal.

Barros destacou que o ministério faz o possível para cumprir a lei que criou o Bolsa-A atleta e não pode fugir das determinações, que têm como base os princípios indicados pelos legisladores, como por exemplo quando o ministério atende não apenas a modalidades olímpicas e deixa de estabelecer prioridades.

O reconhecimento às confederações e federações, observou, também tem que ser feita de acordo com a lei. Qualquer tentativa de definir critérios para medir a legitimidade das entidades esportivas, como número mínimo de estados e clubes filiados, foi revogada. Sem citar exemplos, ele reconhece que há esportes que são “criados” pela possibilidade de obter recursos por meio de convênios federais ou estaduais.

— O esporte é uma política pública no Brasil há apenas cinco anos. Há muito a ser feito — afirmou.

Nesse sentido, Herval Barros lembra que o ministério está atento a possíveis aperfeiçoamentos na lei, como a atualização do valor dos benefícios do Bolsa-A atleta, congelados desde a aprovação da lei em 2004. Também deve ser sugerida a inclusão do guia de atletas cegos e os treinadores entre possíveis beneficiários do benefício.

Ele disse esperar que essas sugestões possam ser feitas junto ao Congresso, “especialmente ao Senado, que tem aberto essa possibilidade”.

Resultados são melhores para o paraesporte

No esporte paraolímpico, o desempenho do Brasil vem melhorando a cada olimpíada. O país chegou ao 9º lugar em Pequim, neste ano, e, segundo Alexandre Guimarães, o Bolsa-A atleta tem participação nesse resultado.

Na análise dos dados, o consultor vê continuidade na concessão de bolsas e maior participação dos atletas nas federações, apesar das críticas que mantem ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

— Os atletas paraolímpicos inclusive trazem sugestões para o aperfeiçoamento da política nacional e para o Bolsa-A atleta — afirma Guimarães.

O diretor do Ministério do Esporte Herval Barros entende que a organização do paraesporte é mais recente e mais moderna, além de ter maior controle no desenvolvimento das confederações. O fato de o paraesporte ter surgido também como iniciativa de inclusão social das pessoas com deficiência, na opinião de Barros, também amplia a possibilidade de apoio do Estado em modalidades que têm maior dificuldade de receber patrocínio de empresas.

E a tendência, observa o diretor, é crescente. No ano passado, por exemplo, paraatletas participaram pela primeira vez de edições dos jogos escolares e dos jogos universitários brasileiros.

Estudantes tiveram apenas 1,5% das bolsas em 2008

Na opinião de Alexandre Guimarães, um dos graves defeitos do programa é que os benefícios raramente chegam a jovens esportistas. Falhas na legislação e desinteresse das federações dificultam a obtenção das bolsas, tanto que, este ano, apenas 1,5% dos recursos foram para a categoria estudantil.

Outro dos maiores entraves para que o Bolsa-A atleta chegue aos mais jovens é a necessidade de obtenção de índice nos jogos escolares (JEBs) ou nos jogos universitários brasileiros (JUBs). Porém, são poucas as modalidades representadas nesses eventos.

— A exigência de índice em jogos é limitadora. Prova disso é que a concessão de bolsas ficou muito abaixo da reserva de 4% dos recursos definida pelo ministério. As confederações não estão identificando os atletas — aponta Guimarães.

Ele sugere que as confederações, como a de triatlo, um esporte individual que não depende de calendário extenso ou de instalações esportivas caras, lutem para inserir a prática nos jogos.

O diretor Herval Barros explica que o ministério não interfere na definição das modalidades incluídas nos JEBs e JUBs, que é feita pelo fórum dos secretários estaduais. Somente esportes em que há consenso entre os estados são incluídos.

— A nossa vontade é fazer as olimpíadas escolares e universitárias. Porém, enfrentamos essas limitações, além das orçamentárias — afirma Barros.

O que diz a lei

O Bolsa-A atleta é destinado aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como nas modalidades vinculadas aos comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional.

Requisitos

- idade mínima de 12 anos;
- vinculação a alguma entidade esportiva;
- estar em plena atividade no esporte;
- não receber nenhum tipo de patrocínio;
- não receber salário de federação ou confederação; e
- ter participado de competição esportiva nacional ou internacional no ano anterior ao do pedido da bolsa.

Para a categoria estudantil, o interessado deve ter matrícula em escola, sem a necessidade de vinculação a entidade esportiva.

As entidades nacionais (confederações) também podem indicar atletas com base em resultados e situação nos rankings da modalidade. Nesse caso, a bolsa precisa ser submetida ao Conselho Nacional do Esporte.

Categorias do Bolsa-A atleta

Estudantil: atleta com mais de 12 anos, que tenha obtido até a 3ª colocação em esportes individuais e que esteja entre os 24 melhores de modalidades coletivas em jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte. **Valor:** R\$ 300.

Nacional: atleta até a 3ª colocação no evento máximo da temporada nacional ou que integre o ranking nacional da modalidade. As indicações precisam ter o aval das federações e das confederações. **Valor:** R\$ 750.

Internacional: atleta que tenha integrado a seleção brasileira em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a 3ª colocação, e cuja indicação tenha aval das entidades nacionais do desporto (confederações). **Valor:** R\$ 1.500.

Olimpico e paraolímpico: atleta que tenha integrado as delegações olímpica ou paraolímpica brasileira de sua modalidade. **Valor:** R\$ 2.500.

debates

Teles se comprometem a facilitar acesso a dados sobre pedófilos

TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom assinam acordo que prevê prazo máximo de três dias para fornecerem à Justiça ou à polícia dados de internautas acusados de abuso contra menores

As empresas TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom assinaram, na quarta-feira, termo de cooperação para agilizar o fornecimento de dados, solicitados pela Justiça, sobre pedófilos que atuam na internet. Em reunião da CPI da Pedofilia, o documento também foi assinado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), e por representantes da Polícia Federal, Ministério Público, Comitê Gestor da Internet e ONG Safernet Brasil, que monitora a segurança dos menores no acesso à rede.

Conforme o acordo, as informações sobre pessoa investigada por suspeita de pedofilia deverão ser fornecidas em até três dias pelas empresas, mediante requisição feita pela polícia ou pela Justiça. Esse prazo de transferência dos dados cai para 24 horas quando houver risco à vida dos menores,



Garibaldi Alves assina compromisso de cooperação, entre Magno Malta (D), Eduardo Azeredo e Virgínio de Carvalho

e para duas horas em caso de risco iminente à vida de crianças e adolescentes.

As empresas que assinaram o termo terão um ano para fazer as adaptações técnicas necessárias,

de forma a viabilizar o fornecimento dos dados nos prazos previstos no acordo.

– Com o advento da internet, os pedófilos colocaram o pesoço para fora, confiados no

sigilo das informações na rede. O compromisso assumido hoje pelas empresas que assinaram o termo vai acelerar a prisão desses criminosos e dar mais proteção às crianças – disse Magno Malta.

DADOS DE INTERNAUTAS

A CPI aprovou na quarta-feira projeto que regulamenta a forma, os prazos e os meios de preservação e fornecimento de dados de internautas investigados pela prática de crimes contra crianças e adolescentes. A proposta foi acolhida logo após a formalização de termo de cooperação – assinado por empresas de telecomunicação, Ministério Público, Polícia Federal, Comitê Gestor da Internet e a ONG Safernet Brasil – e segue para análise dos senadores no Plenário.

Comissão analisa projeto sobre cota para aluno de escola pública

O representante da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), David Santos, pediu aos senadores a aprovação do projeto (PLC 180/08) que reserva metade das vagas nas universidades e escolas técnicas federais para quem cursar o ensino médio em escolas públicas. Ele fez o pedido em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quinta-feira.

Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou

que a proposição é resultado da consolidação de vários projetos, o que inclui proposta apresentada pela senadora. Para Ideli, a consolidação foi feita de forma equivocada na Câmara e seu projeto deveria encabeçar os demais, uma vez que já havia sido aprovado pelo Senado.

Demostenes Torres (DEM-GO) disse que o PLC 180 não está claro e que apresentará em fevereiro um texto que “recupere o espírito dos projetos”.

PREFEITO AMAZONENSE

A comissão de inquérito aprovou um requerimento convocando para depor o prefeito de Coari (AM), Adail Pinheiro, acusado de abusar sexualmente de uma menina de 12 anos. Também foi acolhido convite ao superintendente da Polícia Federal do Amazonas, Sérgio Fontes, e à mãe da menor, Ana Célia de Souza, que deverão falar aos senadores sobre o assunto.

A convocação do prefeito Adail Pinheiro foi sugerida pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Representação Brasileira volta a discutir composição do Parlasul

Os critérios para a definição do número de representantes por país no Parlamento do Mercosul (Parlasul) foram discutidos na primeira reunião da Representação Brasileira, na quinta-feira, em Montevideu. O presidente do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), anunciou o apoio da 36ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, ocorrida no último dia 16 na Costa do Saúpe (BA), à iniciativa dos parlamentares.

Os chefes de Estado do bloco

registraram o compromisso assumido pelo Parlasul de apresentar, até 30 de junho de 2009, uma proposta sobre o critério de representação e a realização de eleições diretas de parlamentares do Mercosul, de acordo com os respectivos sistemas eleitorais.

Atualmente, cada um dos quatro países do Parlamento do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – têm 18 representantes. A Venezuela, em fase de adesão, tem nove.

Senado indica José Jorge para ministro do TCU

Os senadores aprovaram a indicação do ex-senador José Jorge para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), na vaga do também ex-senador Guilherme Palmeira, aposentado. José Jorge recebeu 41 votos, contra 34 para o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e 1 voto nulo.

No Senado, José Jorge destacou-se como relator da reforma do Judiciário. Ele foi também ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso e atualmente é diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB). A indicação foi também aprovada pela Câmara dos Deputados.

José Jorge nasceu no Recife em 1944. É formado em Engenharia Mecânica e Economia, mestre em Ciências e tem pós-graduação em Estatística pela Universidade de Madri (Espanha). Já foi deputado federal e presidente do extinto PFL.

Conselho arquiva processo contra Mesquita Júnior

O Conselho de Ética do Senado considerou improcedente, na terça-feira, a denúncia de que o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) retinha 40% do salário dos funcionários de seu gabinete. Por unanimidade, o conselho determinou o arquivamento do processo. O relatório pelo arquivamento foi apresentado por Demostenes Torres (DEM-GO).

A representação foi feita em 2005 pela então senadora Heloísa Helena, que pedia esclarecimentos com relação a notícia publicada no *Jornal do Brasil* em outubro daquele ano.

“As investigações demonstraram que não há sequer indício de que o senador tenha determinado a devolução de 40% dos salários, o ‘mensalinho’”. A denúncia contra o senador Geraldo Mesquita Júnior é absolutamente improcedente”, registrou Demostenes Torres no relatório.

ambiente legal

Estado do Amazonas pode ter desmatamento zero em 2013

Informações apresentadas pela direção do Ibama no Amazonas mostram que o índice de desmatamento nesse estado será nulo, ou próximo disso, em 2013. “Se a situação que temos hoje for mantida nos próximos anos, muito em breve a nossa taxa de desmatamento

em floresta primária atingirá um valor próximo de zero”, disse o superintendente do Ibama no estado, Henrique Pereira. A projeção foi entregue na terça-feira, em Manaus, durante a divulgação do relatório anual de atividades do órgão.

Na região amazônica, a devastação cresce em 2008

Em toda a Amazônia, contudo, a taxa de devastação em 2008 foi maior que em 2007. Este ano, a região teve 11.968 quilômetros quadrados de novas áreas desflorestadas, contra 11.532 em 2007. Conforme o relatório, em comparação com o ano anterior, 2008 registrou, no Amazonas e em Rondônia, queda de 315 e 550 km², respectivamente. Já Mato Grosso, Roraima e Maranhão apresentaram, no total, alta de desmatamento superior a 1,3 mil km².

China lança seu carro híbrido

Enquanto as montadoras de todo o mundo enfrentam dificuldades para sobreviver, uma empresa da China parece estar apontando um caminho para o setor. A BYD Auto se antecipou à GM, Toyota e Nissan, lançando o primeiro carro híbrido do mercado chinês, o F3 DM. O veículo, que custa US\$ 22 mil, pode rodar até 96 quilômetros, movido a uma bateria recarregável em qualquer tomada elétrica normal.

O compromisso “verde” de Obama

A nomeação do Nobel de Física Steve Chu como secretário de Energia do governo prioridade da Presidência dos Estados Unidos. Obama aproveitou o anúncio em Chicago a ser empossado em janeiro, anunciada por Barack Obama, confirma a expectativa de que o meio ambiente será com a reforma energética.

Europa assume metas para o clima

O Parlamento Europeu aprovou na quarta-feira o plano comum de luta contra as mudanças climáticas, que prevê um triplo objetivo para 2020: reduzir em 20% suas emissões de gases causadores do efeito estufa em relação aos níveis registrados em 1990, elevar a 20% o percentual de energia renovável utilizada e reduzir o consumo energético em 20%.

decisões

Aprovada doação de alimentos a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira, sem modificações, a medida provisória (MP 444/08) que autorizou o governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com o objetivo de atender às populações desses países afetadas por furacões, tempestades tropicais e inundações. Em sua justificativa, o governo argumenta que essas catástrofes provocaram desabastecimento e situação de risco para a população dos quatro países devido à falta de alimentos.

Durante a votação, senadores da oposição apoiaram a ajuda humanitária, mas criticaram o governo pelo uso de medida provisória, em vez de propor a ajuda por projeto de lei. "Ninguém votaria contra e o projeto seria aprovado com rapidez", disse Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Vários senadores opositores anunciaram voto contra

os pressupostos constitucionais da MP, mas apoiaram o mérito da matéria, pelo seu objetivo humanitário.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo não tem sido ágil no socorro aos flagelados das enchentes de Santa Catarina. Outros parlamentares, como Sérgio Guerra (PSDB-PE), lembraram que há fome em muitos municípios do Nordeste, mas o governo não fez propostas ao Congresso para amenizar a situação.

Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da MP, lembrou que 75 senadores e 215 deputados federais assinaram mensagem ao presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, pedindo o fim do bloqueio econômico a Cuba – medida que poderia melhorar a situação do país, especialmente depois das inundações.

A MP 444/08 autorizou o governo a doar até 45 mil toneladas de arroz, até 2 mil toneladas de leite em pó e até 500 quilos de sementes de hortaliças.

Plenário referenda contratação de empréstimos

O Plenário do Senado aprovou, na quarta-feira, sete projetos de resolução autorizando a contratação de empréstimos. Entre eles, está o que (PRS 51/08) autoriza o município de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 3,2 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá. Também foi aprovado o PRS 59/08, que autoriza o município de Goiânia (GO) a contrair empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56,7 milhões destinados ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira-Anicuns.

Senado ratifica seis acordos internacionais

Na quinta-feira, o Senado aprovou seis projetos que ratificam acordos internacionais. Entre eles, o PDS 94/08 que ratifica o texto do Acordo para a Criação do Visto Mercosul. Já o PDS 108/08 aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado em Montevidéu, em dezembro de 2003. O PDS 120/08 aprova o texto do tratado de extradição entre o Brasil e o Líbano, celebrado em Beirute, em outubro de 2002. O PDS 208/08, por sua vez, aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a Espanha sobre reconhecimento recíproco de Cartas de Habilitação, assinado em setembro de 2007.

Cançado vê nova relação entre países e tribunais internacionais

Eleito para integrar a Corte Internacional de Justiça, em Haia, o professor Antônio Augusto Cançado Trindade recorreu a sua longa experiência como ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos para expressar seu otimismo em relação ao futuro posto. Durante audiência promovida na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), ele disse ter recebido, de países que condenou por violações de direitos humanos, muitos dos votos necessários à sua eleição para integrar o tribunal.

– Condenei muitos Estados, mas todos os de nossa região

me apoiaram com seus votos. Isto seria impensável há alguns anos e demonstra a existência de uma mudança de mentalidade, pois os Estados hoje sabem o que é e o que deve ser um tribunal internacional – frisou o professor.

Cançado foi eleito juiz da Corte Internacional no dia 6 de novembro e tomará posse em fevereiro em Haia, na Holanda. Ele recebeu os votos de 163 países representados na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi aplaudido de pé. Também recebeu 14 dos 15 votos do Conselho de Segurança da ONU.

Política nacional de pesca volta à Câmara

Senadores incluíram mudanças no texto que estabelece regras para a atividade pesqueira, com punição para os poluidores

A política pesqueira nacional e a regulamentação da aqüicultura, previstas em projeto de lei da Câmara (PLC 29/03), foram aprovadas pelo Plenário na semana passada. O texto, que teve emendas incluídas pelo Senado, teve relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e retorna ao exame dos deputados. O objetivo inicial do projeto, de disciplinar a atividade pesqueira, foi expandido, e passou a propor uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aqüicultura e da pesca. Se transformada em lei, a proposta pode contribuir para conciliar a preservação de ecossistemas aquáticos e a exploração da pesca.

Os regimes de captura, os períodos de paralisação obrigatória da pesca, as áreas de reserva, que ficarão interditadas para a atividade, estão previstos no texto. A fiscalização da atividade pesqueira ficará a cargo de órgãos do governo federal.

Entre as mudanças incluídas pelos senadores, está a que prevê sanção aos responsáveis por poluição em área de pesca. O poluidor deverá indenizar os pescadores que sofrerem prejuízos resultantes da degradação ambiental de área. O texto também autoriza a criação de um sistema nacional de informação sobre pesca e aqüicultura, que deverá ficar responsável por

coletar e disseminar dados sobre o setor.

Comissão aprova geólogo para a ANA

A indicação, pelo Executivo, do geólogo Paulo Lopes Varella para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) foi aprovada na semana passada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator, Lomar Quintanilha (PMDB-TO), ressaltou a formação técnica de Varella, pós-graduado em Hidrologia Subterrânea pela Universidade Politécnica de Barcelona, na Espanha. Varella afirmou que é preciso gerenciar bem os recursos hídricos do país.

Regulamentada aposentadoria para extrativista

O Plenário aprovou na madrugada de quinta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 56/01) que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal no Regime Geral da Previdência Social. Pela PEC, de Marina Silva (PT-AC), a categoria terá direito à aposentadoria aos 65 anos, se homem, e aos 60 anos, se mulher. A PEC agora segue para a Câmara. O texto estabelece ainda que a idade para a concessão da aposentadoria dos extrativistas poderá ser reduzida em cinco anos caso a atividade seja exercida em regime de economia familiar.



Pela proposta de Marina Silva, categoria terá direito à aposentadoria aos 65 anos de idade, para os homens, e aos 60, para as mulheres

Stephanes: governo vai liberar mais R\$ 2 bi para setor agrícola

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que o governo vai liberar R\$ 2 bilhões para as cooperativas agrícolas, com o objetivo de estimular a comercialização de seus produtos. O dinheiro estará disponível até o início de 2009. O ministro fez as declarações na terça-feira, após audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para avaliar o impacto da crise mundial sobre o setor agrícola

brasileiro. "Será uma terceira linha de financiamento, pois o governo já anunciou uma linha para as cooperativas de crédito e outra para a produção", ressaltou.

O ministro admitiu que há dificuldades para que o crédito liberado chegue aos produtores, devido à burocracia e à "aversão ao risco" dos bancos privados. Mas ressaltou que o "governo agiu com rapidez dentro das possibilidades".

Mercadante diz que FAO deveria estimular estoque de alimentos

Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sugeriu que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) implemente um programa internacional de compra de estoque de alimentos. A iniciativa contribuiria para a segurança alimentar mundial e, ao mesmo tempo, ajudaria a interromper a queda dos preços das commodities.

MUSEUS

No esforço concentrado que atravessou a madrugada de quarta para quinta-feira, os senadores aprovaram o PLC 191/08, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, com 425 cargos efetivos, e o PLC 115/08, que institui o Estatuto de Museus. Ambos vão à sanção presidencial.

MEDICAMENTOS

Outro projeto aprovado, o PLC 24/07, cria o rastreamento de remédios por código de barras. Já o PLC 42/08 institui o Dia Nacional do Auditor do Trabalho: 28 de janeiro. O PLC 28/03 fixa em cinco anos o prazo de prescrição da ação de prestação de contas de honorários advocatícios. Os três vão à sanção.

CRÉDITO

Também aprovado, o PRS 26/08 modifica a redação da Resolução 43, de 2001, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo de estados e municípios, expandindo o período de análise dos atuais cinco anos para o período integral de pagamento da operação pretendida. A matéria vai à promulgação.

debates

Heráclito defende orçamento impositivo

Senador lembra que os recursos previstos no Orçamento de 2008 para realização de obras no estado do Piauí não foram liberados

Como votos para o Brasil em 2009, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) desejou na última sexta-feira a aprovação do orçamento impositivo e a adoção de regras que limitem a edição de medidas provisórias (MPs). O parlamentar também desejou que, no próximo ano, o Piauí conte com recursos orçamentários para a realização de obras prometidas para o estado.

Heráclito concordou com críticas sobre a pouca produção do Congresso, mas lembrou que boa parte do problema se deve ao trancamento da pauta de votações, causada pelo grande número de medidas provisórias enviadas pelo Executivo. Para

ele, o governo desrespeita o Legislativo ao lançar mão de MPs para alterar a destinação de recursos do Orçamento.

– Desejo, com toda sinceridade, que o Congresso tome a decisão soberana da aprovação do orçamento impositivo. Sem isso, vamos continuar sendo surpreendidos por medidas provisórias ou por filigranas regimentais, dando poder ao governo para modificar o Orçamento por decreto. Precisamos aprovar modificação nas medidas provisórias, limitando-as a casos de extrema urgência.

Heráclito também criticou o go-



Heráclito pede que em 2009 o Congresso dê um novo limite às medidas provisórias

verno do Piauí por não apresentar um plano de desenvolvimento e não viabilizar os recursos anunciados para o estado.

Adelmir Santana prevê que crise não será longa para o Brasil

Para o senador Adelmir Santana (DEM-DF), a crise financeira mundial terá curta duração no Brasil. Ele disse na última sexta-feira que o governo Fernando Henrique deixou fundações firmes na economia e o governo Lula, além de preservá-las, tem tomado as medidas certas para enfrentar a crise. Entre as providências adotadas, citou as de “irrigar” o mercado com crédito, liberar os compulsórios dos bancos e autorizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar o capital de giro das empresas.

O senador, que participou da Conferência de Investimentos de 2008, promovida pela Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimentos, disse que o Brasil conseguiu preservar a entrada de investimentos no país.

Augusto Botelho analisa principais acontecimentos do ano

O senador Augusto Botelho (PT-RR) fez na última sexta-feira uma retrospectiva dos acontecimentos que se destacaram em 2008, entre eles a crise financeira mundial e as discussões em torno da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

A crise internacional, disse, já mostra efeitos perversos para a população brasileira.

– Acredito porém que o governo Lula será capaz de minimizar os efeitos dessa crise, como tem feito até o momento, para que o Brasil continue a crescer, como estava acontecendo – afirmou.

Em relação à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em discussão no STF, Augusto Botelho apelou ao presidente Lula para que dê atenção especial às pessoas que terão de deixar o local.

RETROCESSO

Fátima Cleide (PT-RO) classificou de “retrocesso” a decisão do STF de suspender parte da lei do piso salarial nacional dos professores de escolas públicas, segundo a qual 33% da carga horária deveria ser cumprida fora da sala de aula. Professores precisam de tempo para corrigir provas e planejar as aulas, lembrou.

MUDANÇA DO CLIMA

Único senador brasileiro a participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, Jefferson Praia (PDT-AM) destacou, na última sexta-feira, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresentou durante o evento, realizado este mês na Polônia.

EXTRATIVISTAS

Marina Silva (PT-AC) festejou a aprovação do seu projeto que autoriza a Previdência Social a conceder aposentadoria especial a pessoas que vivem do extrativismo vegetal. Ela pediu que os deputados acompanhem os senadores e aprovem sua proposta, pois “ela corrige uma injustiça histórica”.

GRANDES TEMAS

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs, na última sexta-feira, uma agenda para 2009 que incluía “os grandes temas e as grandes necessidades do país”. Segundo Cristovam, entre os temas que merecem mais atenção do Legislativo quanto do Executivo, estão a educação e o meio ambiente.

CONQUISTAS

A inauguração de cem quilômetros de trilhos da Ferrovia Norte-Sul, entre Araguaína e Colinas, no Tocantins, neste mês, foi registrada por João Ribeiro (PR-TO) como uma das mais importantes conquistas para o estado que representa. No mesmo dia foi também inaugurada, pelo presidente Lula, uma plataforma multimodal de transportes.

SEM AGENDA

Ao criticar o instituto da medida provisória (MP), Marco Maciel (DEM-PE) disse na sexta-feira que as MPs são responsáveis pelo “desaparecimento” da agenda do Legislativo. O fato de a tramitação das MPs trancarem a pauta de votações “nos impede de deliberar”, protestou Maciel.

BLOQUEIO

José Nery (PSOL-PA) pediu, na sexta-feira, o fim do bloqueio econômico a Cuba. O senador espera que o futuro presidente norte-americano, Barack Obama, acabe com o bloqueio imposto pelos Estados Unidos que impede o livre comércio com a ilha desde 1962.

CPI DA FUNASA

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ao Plenário que no próximo ano pedirá a instalação de uma CPI para apurar denúncias de corrupção na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O senador acredita que a CPI pode até ser criada para investigar o sistema de saúde brasileiro, pois “tudo é uma corrupção só”.

CARTEL

Renan Calheiros (PMDB-AL) fez apelo à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Cade para que investiguem a formação de cartel por parte das grandes indústrias produtoras de fertilizantes. Há evidências de que “estariam abusando de sua posição dominante no mercado”, disse.

Senado celebra Declaração dos Direitos Humanos

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas, foram comemorados pelo Plenário. A homenagem, com a presença do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, foi solicitada por José Nery (PSOL-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Nery lamentou o desrespeito a muitos dos princípios do documento, no mundo e no Brasil.

Cristovam observou que a declaração está atrelada à educação, a começar pelo artigo 1º, segundo o qual todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Vannuchi avaliou que o Senado tem conduzido bem a discussão sobre direitos humanos e citou os projetos de combate ao trabalho escravo e de proteção aos direitos

dos índios, além dos que enfrentam a questão da tortura.

Paulo Paim (PT-RS) registrou que no Brasil ainda persistem barbáries contra crianças, mulheres, idosos, índios e negros.

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou que basta ver a situação das penitenciárias brasileiras para se ter a certeza de que os direitos humanos não estão sendo respeitados, enquanto Marcelo Crivella (PRB-RJ) salientou a pessoa de Jesus Cristo como “a primeira voz e o primeiro exemplo maior e eterno”.

Para João Pedro (PT-AM), a declaração foi um sinal de “sensatez” da humanidade. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) mencionou problemas ainda enfrentados pelo Brasil, como tortura nas prisões e destruição do meio ambiente, entre outros.

Eletrosul recebe homenagem pelos 40 anos

Os 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas foram comemorados pelo Plenário na última terça-feira a pedido de Ideli Salvatti (PT-SC). Participaram da sessão especial o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, representando o ministro Edison Lobão, e o presidente da Eletrobrás, José Antonio Moniz Lopes.

Subsidiária da Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobrás), a Eletrosul, com sede em Florianópolis (SC), é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica. Tem atuação preponderante nos estados do Sul e em Mato Grosso do Sul.

Sessão especial comemora aniversário do Diap

Sessão especial comemorou os 25 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a pedido de Paulo Paim (PT-RS). Para ele, o Diap tornou-se um parceiro na conquista dos direitos dos trabalhadores. Compuseram ainda a Mesa o vice-presidente do Diap, José Gabriel Teixeira dos Santos; o advogado trabalhista e diretor-técnico da entidade, Ulisses Riedel; e o líder da executiva do Diap, Antônio Queiroz.

Entre os senadores que elogiaram a atuação da entidade, Alvaro Dias (PSDB-PR) mencionou a credibilidade conquistada pelo Diap.

agora é lei

Dia Nacional do Surdo agora tem data oficial: 26 de setembro

A Lei 11.976/08 criou o Dia Nacional do Surdo, em 26 de setembro, com o objetivo de relembrar as lutas históricas dos surdos por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania. Antes da vigência da lei, a data era marcada por manifestações em todo o país porque no dia 26 de setembro de 1857 foi inaugurada no Brasil a primeira escola para surdos, o Instituto Nacional de Surdos Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A instituição foi inaugurada por dom Pedro II e os trabalhos eram coordenados pelo professor francês Ernest Huet, que era surdo.

Em carta dirigida ao presidente da República, a Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos agradeceu a sanção da lei. “Há anos, (...) em 26 de setembro são realizados seminários, congressos e passeatas. Tais manifestações objetivam comemorar conquistas, dentre elas, a oficialização da Libras, a Língua Brasileira de Sinais (Lei 10.436/02), que vem fazendo a diferença na vida educacional de milhões de crianças, jovens e adultos surdos”, assinalou a associação.

Dados do Censo 2000 do IBGE mostram que aproximadamente 24,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de incapacidade ou deficiência. Desse total, 5,7 milhões declaram possuir deficiência auditiva e pouco menos de 170 mil se declaram surdos.

institucional

MEC deve credenciar Unilegis em 2009

Instituição do Senado solicitou credenciamento em 2007 e processo deve ser concluído no próximo semestre; cursos, assim, receberão certificação

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), instituição mantida pelo Senado, poderá receber credenciamento junto ao Ministério da Educação no primeiro semestre de 2009, informou a vice-reitora Vânia Maione Alves Nina. Ela explicou que a Unilegis entrou com processo nesse sentido em 2007 e agora a solicitação está na fase de avaliação – que deverá ser feita em fevereiro.

Segundo Vânia Maione, há expectativa de que o credenciamento seja liberado em março, após deliberação sobre o relatório da avaliação. Com o credenciamento, a Unilegis poderá certificar os cursos que promove, sem a necessidade de receber o aval de outra entidade – atualmente a certificação é feita pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Outra vantagem da medida é que a instituição passa a poder

fazer aproveitamento dos créditos de disciplinas já cursadas pelos alunos.

A Unilegis oferecerá o curso de pós-graduação em Ciência Política em agosto do próximo ano. O curso de extensão Direito e Economia também será em 2009. Segundo Vânia, o curso está sendo montado pela especialista em Direito e em Economia Flávia Veras, em conjunto com a Consultoria do Senado.



Formandos da Unilegis: cerimônia teve a presença do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, e a reitora da UFMS, Célia Maria da Silva Oliveira

90 alunos formados em cursos de especialização recebem diplomas

Na última terça-feira, a Unilegis realizou a formatura dos 90 alunos aprovados em três cursos de especialização *lato sensu* – Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo. A cerimônia contou com a presença do diretor-

geral do Senado e vice-reitor executivo da Unilegis, Agaciél da Silva Maia; a vice-reitora acadêmica, Vânia Maione; o consultor-geral legislativo, Bruno Dantas Nascimento; e a professora Célia Maria da Silva Oliveira, reitora da UFMS.

LUIZ VIANA FILHO, JORNALISTA

O centenário do nascimento do ex-presidente do Senado Luiz Viana Filho foi lembrado pela biblioteca da Casa, que leva seu nome, ao lançar na terça-feira o livro *Luiz Viana Filho – o Jornalista*, com artigos do ex-senador. O 1º secretário Efraim Moraes (DEM-PB) e Marco Maciel (DEM-PE) discursaram na solenidade. O biógrafo e historiador João Justiniano da Fonseca foi o responsável pela organização dos textos, com a colaboração do jornalista João Carlos Teixeira, do *Jornal do Senado*.

PREMIADOS

Os vitoriosos do Concurso de Fotografias do Legislativo Federal – o Meio Ambiente no Planalto Central receberam os prêmios na semana passada. Trata-se de uma iniciativa dos programas Senado Verde, EcoCâmara e TCU Ecologicamente Correto, e do Sindilegis. Na categoria Plástica, foram premiados Alessandro Shirlei (1º lugar), Alessandro Escudeiro (2º) e Raimundo José Alves (3º). Na Mérito, Joel da Silva ficou em 1º lugar, Rogério Alves em 2º, e João José de Castro Júnior em 3º.

MUSICAL

A Academia de Artes Cênicas do Centro de Formação Luz e Vida, de Sergipe, apresentou no Senado o espetáculo *Samba da Esperança*, um musical que conta a história do estado e do Brasil. A companhia teatral é fruto do trabalho do padre Humberto Leeb, missionário austríaco, que iniciou em 1997, na região de Porto do Mato, uma série de projetos sociais com o objetivo de educar os filhos de agricultores e pescadores da região, e de reduzir os índices de mortalidade infantil.

PAINEL

Um trabalho de higienização e preservação está sendo feito em conjunto pelo Senado e pela Câmara no painel de mármore e granito do Salão Negro do Congresso. Trata-se de uma obra de Athos Bulcão, artista plástico que morreu em 31 de julho. A sujeira acumulada se deve sobretudo à afixação de cartazes com cola em parte do painel. Também estão sendo tratados cerca de 40 mil azulejos de Athos Bulcão, que vão permitir a restauração do painel Ventania, no Salão Verde da Câmara.

INSTALAÇÕES

Ao descerrar, na última quinta-feira, placa inaugurando as novas instalações da Secretaria Geral da Mesa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves – ao lado da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e dos senadores César Borges (PR-BA) e Gim Argello (PTB-DF) –, pediu a união dos funcionários da Casa na luta pelo fortalecimento da instituição, por sua independência e por suas responsabilidades perante a opinião pública.

presidência

Garibaldi lança sua candidatura à reeleição para comandar o Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse considerar “frágeis” as objeções apresentadas até agora a seu propósito de disputar novamente a Presidência do Senado. Os pareceres que apóiam a tese da reeleição são unânimes em apontar as lacunas sobre o assunto presentes na Constituição.

Segundo os juristas Francisco Rezek, Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, consultados por Garibaldi, essas brechas têm facilitado as exceções à proibição de que um presidente seja reeleito para mandato subsequente.

Com base nesses pareceres, e em argumentos de natureza

política, o senador conseguiu, na última quarta-feira, o apoio dos colegas de bancada ao seu intento de ser reconduzido ao cargo. De acordo com Garibaldi, sua escolha como pré-candidato para o biênio 2009-2010 foi antecedida de uma consulta a José Sarney (PMDB-AP), que recusou ser candidato, assim como Pedro Simon (PMDB-RS).

O PT, no entanto, entende que o Regimento Interno do Senado impede a reeleição do presidente para mandatos subsequentes. Já os juristas consultados afirmam, basicamente, que Garibaldi foi eleito para um “mandato-tampão”, o que o exclui da regra restritiva.

Garibaldi prestigia posse de Kátia Abreu na CNA

Na companhia de vários colegas, Garibaldi Alves compareceu na terça-feira passada à posse da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) na presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Kátia Abreu cobrou apoio do governo e lembrou que o agronegócio representa 24% do produto interno bruto, emprega 37% da força de trabalho e gera 36% das exportações do país. Garibaldi pediu à senadora que presida a CNA não só tendo em mente a agricultura do Centro-Oeste, mas também a do Norte e a do Nordeste.

Homenagem ao ex-senador Antonio Farias

A Secretaria de Telecomunicações do Senado recebeu na última quarta-feira a denominação de Edifício Senador Antonio Farias. A placa com a homenagem foi inaugurada por Garibaldi Alves. Estiveram presentes ao evento os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e o ex-senador Ney Maranhão. Garibaldi se disse feliz por prestar homenagem a um grande pernambucano, “vitorioso como político e empresário”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Equipe da TV Senado passou dez dias no arquipélago de São Pedro e São Paulo, usado pela Marinha como farol e estação de pesquisas científicas

Durante dez dias a equipe do programa *EcoSenado* percorreu os 1.100 quilômetros que separam o arquipélago de São Pedro e São Paulo da costa brasileira. O arquipélago é um conjunto de pequenas ilhas rochosas situado na parte central do oceano Atlântico equatorial e, assim como o arquipélago de Fernando de Noronha – que fica a 870 km dali –, pertence ao estado de Pernambuco.

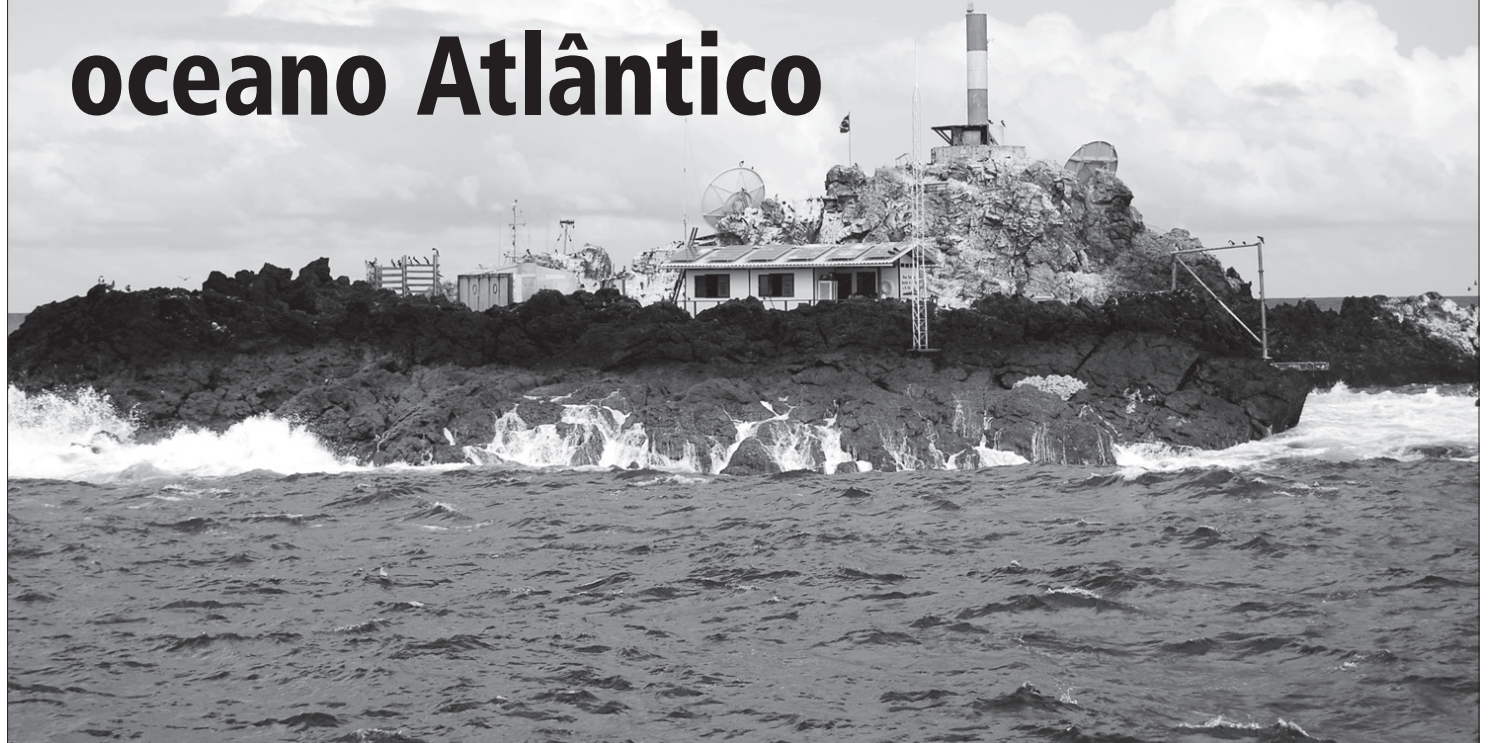
Em 1995, a Marinha do Brasil iniciou a construção de um farol para substituir o antigo, destruído em 1933 provavelmente por um terremoto. A intenção do governo era reduzir a incidência de naufrágios naquelas águas, decorrentes da pouca visibilidade dos rochedos, que apresentam altitude máxima de 18 metros e são permanentemente batidos pelas ondas. Em 1998, foi implantada a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

A convivência com as equipes da Marinha e com os pesquisadores que frequentam o arquipélago, a importância estratégica da ocupação das ilhas e as pesquisas científicas em realização no local serão mostradas num programa especial do *EcoSenado* que vai ao ar no próximo domingo, dia 28.

Ecosenado

TV Senado - domingo, 28/12, às 11h15 e 19h45

Um rochedo no meio do oceano Atlântico



Arquipélago de São Pedro e São Paulo: a Marinha começou em 1995 a construir um farol para substituir o antigo, destruído em 1933, provavelmente por terremoto

Lupa sobre o ensino superior

A ampliação considerável do número de faculdades no país e o conseqüente aumento da quantidade de vagas no ensino superior nos últimos anos não foram acompanhados pela qualidade dos cursos. É comum ainda muitos deles funcionarem de forma irregular, iludindo e lesando milhares de estudantes. O que fazer para se proteger? Como identificar um curso irregular? Quem responde a essas questões, no

programa *Fique por Dentro da Lei*, é Samuel Feliciano, coordenador-geral de legislação e normas de ensino superior do Ministério da Educação.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
segunda-feira, 22/12, às 10h
Internet: segunda-feira, 22/12

Papai Noel e a crise econômica

O programa *Senado Economia* traz entrevistas com os presidentes do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal, Antônio Augusto de Moraes, e do Clube dos Diretores Lojistas e do Sindicato do Comércio Varejista do Rio de Janeiro, Aldo Gonçalves. Eles falam sobre os efeitos da crise financeira mundial nas vendas de Natal em Brasília e no Rio de Janeiro. Na capital federal não há crise de

desemprego porque grande parte da população trabalha no serviço público. Já o Rio de Janeiro, uma cidade industrial e comercial, sofre a ameaça do desemprego, da crise e da falta de segurança.

Senado Economia

Senado FM
segunda-feira, 22/12, às 7h30
Internet: sexta-feira, 19/12



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Células-tronco

"Que pena que alguém aplauda e se orgulhe de o STF ter aprovado a utilização de células-tronco. É importante considerar que há pesquisas com duas modalidades de células-tronco: adultas e embrionárias. Como seres humanos, devemos ser frontalmente contrários à pesquisa com células-tronco embrionárias, haja vista que para essa pesquisa é preciso destruir o embrião."

Rafael Uliano, de Braço do Norte (SC)

Profissão de geógrafo

"Nos últimos meses já foram regulamentadas as profissões de restaurador histórico, de historiador e, mais recentemente, a de oceanógrafo. Quero ver quando vão regulamentar a profissão de geógrafo, tão importante para apoiar o trabalho de pessoas, governos e empresas, direcionando políticas e ações no espaço, isso para citar apenas uma de suas inúmeras aplicações."

Tiago Pereira Gabriel, de Jacobina (BA)

Subserviência

"Engraçado ver como os deputados são subservientes ao governo federal. Não adianta mais votar no deputado. Tem que levar em consideração o seu partido, pois, uma vez em Brasília, as convicções dos deputados – se é que existiam – deixam de existir. Existe apenas o partido político e o que ele acha certo. E geralmente o partido da oposição agrada ao povo."

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

Aposentados

"Fiquei decepcionado com a opinião dos senadores Garibaldi

Alves e Aloizio Mercadante em relação ao Projeto de Lei do Senado 58/03. As perdas salariais dos aposentados representam uma dívida que o país tem com os aposentados. Parabenizo os parlamentares que estão a favor da aprovação do projeto."

Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)

Piso salarial

"Estou indignado com a situação do piso salarial dos professores, sendo que a educação é a base para a formação do cidadão. O professor forma todos os profissionais de um país, por isso merece um salário digno para que tenha uma vida confortável e realize o seu trabalho de forma mais alegre."

Flávio de Jesus Lima, de Coração de Jesus (MG)

Moradia

"Sugiro que o Senado e o governo federal trabalhem em prol do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do estado do Rio de Janeiro."

Luiz Augusto Carregal, de Itaguaí (RJ)

Poços de Caldas

"Faço um apelo ao Senado Federal para que estude a viabilidade de levar a cidade de Poços de Caldas (MG) para o estado de São Paulo, pois Poços já possui um bairro com o nome de Marco Divisório, onde algumas ruas pertencem ao estado paulista. Hoje, Poços de Caldas possui cerca de 150 mil habitantes e é a maior cidade do sul de Minas Gerais. A consolidação dessa mudança representará um grande avanço para a nossa população."

Clayton Gonçalves, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Eu não sou bucha de canhão, não sou instrumento de ninguém. Eleição não é brincadeira. Não vejo ninguém no partido querendo conduzir isso dessa maneira

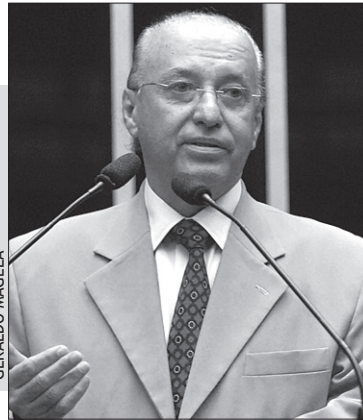
Garibaldi Alves, descartando que o anúncio de seu nome para reeleição no Senado possa ser usado pelo PMDB para isolar Tião Viana (o candidato do PT acreano já em campanha para presidir o Senado) e ganhar tempo para preparar a candidatura do senador José Sarney.

O Garibaldi foi eleito, o mandato dele pode até não ter sido de dois anos, mas houve votação para escolhê-lo. Haverá recurso [contra a candidatura] indiscutivelmente

Ideli Salvatti, anunciando que o PT vai impugnar a candidatura de Garibaldi Alves com base no Regimento do Senado.

Não é possível que um município com 1, 3 ou 4 mil habitantes tenha o mesmo número de vereadores que tem um com 50 mil"

Neuto de Conto, defendendo a aprovação da PEC dos Vereadores.



GERALDO MAGELA

A Câmara é a suprema engavetadora dos projetos aprovados no Senado

Antônio Carlos Valadares, protestando contra a não promulgação da PEC 20/08, que aumentou o número de vereadores.

Os contraventores poderão plantar, comercializar, ter acesso ao crédito. E isso vai na contramão do plano de combate ao desmatamento

Marina Silva, criticando mudança no decreto de combate ao desmatamento que suspendeu por um ano a restrição de crédito e a aplicação de multas por desmatamento ilegal.

A proposta não promove qualquer injustiça. Até tenta suprir as injustiças já existentes na sociedade brasileira

Serys Slhessarenko, rebatendo críticas ao projeto que reserva 50% das vagas das universidades federais e escolas técnicas para estudantes de escolas públicas.

Achamos que o governo brasileiro brincou. Achamos, não: o Brasil assistiu à brincadeira. O presidente da República debochou da crise, afirmou tratar-se de marola e disse que não atravessaria o Atlântico

Alvaro Dias, para quem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria subestimado o tamanho da crise financeira internacional.



pergunte ao senador

Mandato mais longo de senador tem origem nos EUA

"Por que o mandato de um senador é de oito anos e o dos demais parlamentares é de quatro anos?"

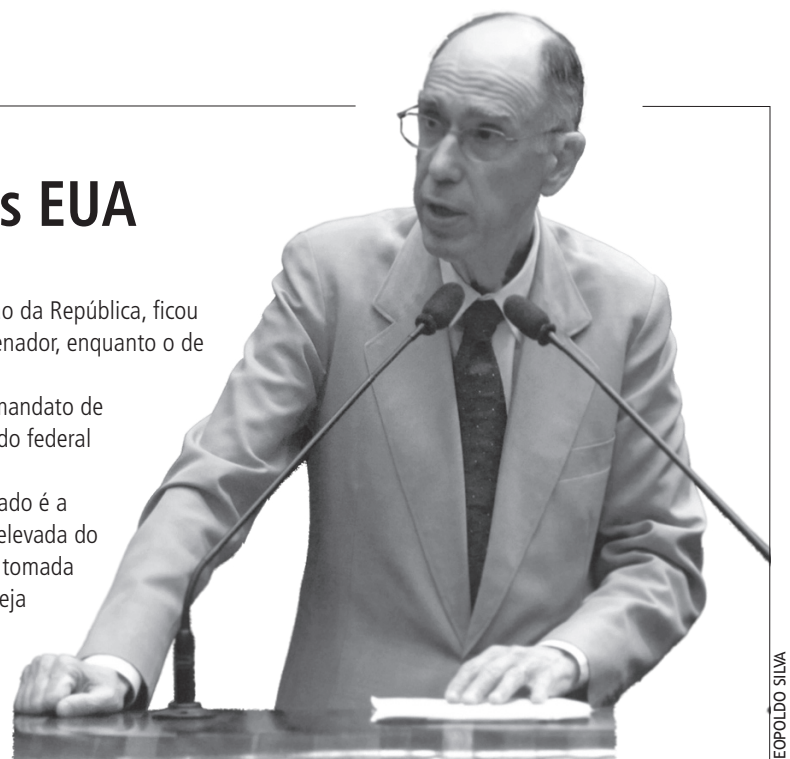
Válber Teixeira de Sousa, de Paracatu (MG)

O senador **Marco Maciel (DEM-PE)** responde: O mandato diferenciado de senador é uma prática dos países que têm sistema bicameral. Entre eles estão os Estados Unidos, que foram o primeiro país a conceber o Senado como Casa da Federação. Isso porque, quando foi feita a Constituição de 1787, definiu-se que o Senado seria a Casa dos estados, com prerrogativas para assegurar que a República fosse federativa, ou seja, integrada pelos diferentes estados da União. E, a partir daí, sempre se atribuiu o mandato diferenciado para senador.

No modelo brasileiro, logo após a Proclamação da República, ficou estabelecido o mandato de nove anos para senador, enquanto o de deputado era de três anos.

Com a Constituição de 1946, isso mudou: o mandato de senador passou para oito anos e o de deputado federal para quatro anos.

Defendo a lógica desse sistema porque o Senado é a chamada Câmara Alta, que exige idade mais elevada do parlamentar e também mais tranquilidade na tomada de decisões. Isso faz com que o Senado não seja apenas a Casa da Federação, mas a casa da maturidade, que reflete mais antes de decidir, funcionando como revisor das decisões da Câmara dos Deputados.



LEOPOLDO SILVA

Corrida por matrícula escolar exige cautela

Começa geralmente no fim do ano o período para a renovação ou matrícula nas escolas particulares. Os pais precisam estar atentos aos valores cobrados pelas instituições de ensino e às exigências para a compra de material escolar, entre outros pontos do contrato. Saiba nesta edição do *Especial Cidadania* o que aceitar e o que cobrar das escolas no momento de decidir sobre o próximo ano letivo do seu filho.



O início das férias coincide com a preocupação dos pais para renovar matrícula e comprar o material escolar: cuidados podem evitar muitos transtornos

Cuidado com o que pede a lista de material escolar

Além da mensalidade, a compra do material escolar é o item de maior gasto para os pais no que se refere à escola dos filhos. Segundo o Procon-DF, as escolas têm obrigação de fornecer as listas para que os pais possam pesquisar preços e escolher o fornecedor de sua preferência. Algumas instituições exigem que o material escolar seja comprado no próprio estabelecimento, mas, segundo o órgão de defesa do consumidor, essa prática é abusiva. Veja algumas sugestões para facilitar a compra:

- ✓ a escola só poderá exigir que a compra do uniforme seja feita na própria unidade ou em terceiros predeterminados caso tenha uma marca registrada;
 - ✓ antes de ir às lojas, verifique o que é possível reaproveitar do ano anterior;
 - ✓ faça pesquisa de preços e, na hora de optar por compras a prazo, leve em conta as taxas de juros. O melhor é pedir descontos e efetuar o pagamento à vista;
 - ✓ procure fazer as compras junto com amigos. Há lojas que dão descontos especiais para compras em grande quantidade;
 - ✓ nem sempre o material mais caro e sofisticado é o melhor. Procure comprar somente o necessário;
 - ✓ se houver problemas com a mercadoria adquirida, mesmo a importada, o consumidor tem seus direitos resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor. Não perca os prazos para reclamar: 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para os duráveis.
 - ✓ recuse notas fiscais que relacionam apenas o código do produto. Isso dificultará a identificação dos artigos. Exija a discriminação de modelo e cor, entre outras características dos produtos.
- O Procon-DF considera indevida a exigência na lista de material escolar dos seguintes itens:
- disquetes, CDs e cartolina;
 - papel ofício, fita adesiva, estêncil, tinta para mimeógrafo;
 - talheres e copos descartáveis, entre outros materiais de uso coletivo.

Aumento da mensalidade deve ser bem justificado

A Lei das Mensalidades Escolares (Lei 9.870/99) permite que sejam acrescidos ao valor total da anuidade escolar variações de custo com pessoal e custeio. Essas variações devem ser comprovadas por meio de planilha de custo, mesmo quando se referem ao resultado da introdução de aprimoramento didático-pedagógico da escola. Segundo a lei, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça poderá requerer comprovação documental de qualquer cláusula contratual muito acima do valor da inflação do período.

Segundo a assessora especial da presidência do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal (IDC-Procon-DF),

Ildecer Amorim, os reajustes propostos pelas escolas para 2009 podem chegar a até 10%. "O percentual ultrapassa o índice da inflação de 2008, que está em 6,17% pelo IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo]", alerta Ildecer, ao dizer que as entidades de proteção ao consumidor não vêm por que o reajuste se diferenciar da inflação no período. "Os pais podem questionar os índices aplicados", aconselha a assessora. Ela afirma que, em caso de dúvida, o melhor é procurar uma unidade do Procon local.

Veja como calcular o reajuste das mensalidades escolares para o próximo ano, de acordo com a Lei 9.870:

1) multiplicar o valor da última mensalidade cobrada no período anterior (ano ou semestre) pelo número de parcelas do mesmo período;

2) a esse valor podem ser somados gastos previstos para aprimoramento do projeto didático-pedagógico ou para cobrir aumentos salariais previstos em lei. Se houver outros custos, como impostos, o consumidor tem o direito de contestar;

3) divida o valor total por 12 (ou por seis nos cursos organizados por semestre) para chegar ao valor da parcela mensal; e

4) caso não concorde com os valores propostos, tente negociar, de preferência em grupo.

Lei prevê garantias para inadimplentes

O Procon-DF lembra que o aluno inadimplente não poderá ser vítima de sanções pedagógicas, como suspensão de provas, retenção de documentos e impedimento de frequência às aulas, ou ser exposto ao ridículo ou submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. A Lei das Mensalidades Escolares prevê que o desligamento do aluno por inadimplência somente poderá ocorrer ao final do ano letivo ou ao final do semestre letivo, no caso de instituições de ensino superior.

Para os pais que irão escolher a escola em que o filho vai estudar, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon-SP faz algumas recomendações:

- visite a escola, ainda dentro do período letivo, para verificar as condições de higiene, limpeza e segurança, e também observar o trabalho dos funcionários que cuidam de pátios, portões (entrada e saída), situações de emergência com as crianças etc.;
- verifique se é obrigatório o uso de uniforme escolar e, em caso afirmativo, se o custo do mesmo irá influenciar no orçamento final;
- quando for o caso, questione se há desconto para irmãos;
- observe se a escola é servida por transporte escolar legalmente cadastrado;

Desligamento do aluno por inadimplência só deve acontecer no fim do ano ou semestre letivo

- informe-se sobre o fornecimento de lanche ou algum tipo de alimentação durante o período em que o aluno estiver na escola e os custos;

- verifique se a escola disponibiliza o seguro escola. Se houver, confirme o registro na Superintendência de Seguros Privados (Susep) e informe-se sobre a existência de cobertura de um número predeterminado de mensalidades em caso de morte, invalidez e desemprego dos pais ou responsáveis, e/ou acidentes pessoais do aluno;

- para os pais que não possuem um horário fixo é interessante verificar também se há um

período de estadia flexível, como funciona e qual o custo, assim como a existência de outras atividades dentro da própria escola (balé, natação, judô, caratê etc.) e seus respectivos valores.

Saiba mais sobre o seguro escola:

- ✓ as escolas que oferecem este seguro geralmente o fazem por meio de um contrato coletivo. De outra forma, o interessado poderá optar por fazer um contrato individual sem intermediação da escola, porém o custo é mais alto;
- ✓ leia com atenção todos os itens do contrato e só assine após tirar todas as dúvidas. Nunca deixe espaços em branco.

Projetos de lei

PLS 160/07, do senador José Agripino (DEM-RN): isenta produtos escolares do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. A proposta já passou pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e está sendo analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PL 393/07, do deputado Fábio Souto (DEM-BA): autoriza a dedução de despesas com aquisição de uniforme, material escolar e livro didático no Imposto de Renda Pessoa Física. A proposta está na Comissão de Finanças e Tributação e deve passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça.

Saiba mais

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC)

Ministério da Justiça - bloco T - sala 520 - Brasília (DF) - CEP 70.064-900
www.mj.gov.br/dpdc (no site é possível localizar os órgãos de defesa do consumidor locais)